

fazendo

AMANHÃ

A Fortaleza da gente

Entrevista com
Maria Luiza
Páginas 10 e 11

Manoel Cunha

ANO I — N.º 04 — DEZEMBRO DE 1985 — Cr\$ 3.000

Comind
auxiliar
Maisonnave

Bancos

**A LÓGICA
DO
NAUFRÁGIO**

Páginas 8 e 9

O resultado das urnas no último dia 15 de novembro acabou sendo uma surpresa desagradável para os partidos que integram a Aliança Democrática e apóiam o governo. Mesmo quando separados na disputa eleitoral, cada um deles pretendia, através do seu próprio fortalecimento, conferir maior sustentação política à tentativa de consolidação da Nova República. Ocorre que o povo brasileiro experimentou um rico aprendizado político em apenas oito meses de governo Sarney.

Ao virtual desaparecimento do partido identificado com o extinto regime militar, o PDS, não correspondeu um igual crescimento das legendas que representam a antiga oposição liberal-conservadora. O PFL, uma das pilastras da chapa Tancredo-Sarney no Colégio Eleitoral, não obteve uma única vitória com candidato próprio, nem mesmo onde o presidente integra os seus quadros. E o PMDB, derrotado em cinco das oito maiores cidades, começou a ser deslocado em direção à periferia política do país. Parcelas significativas das massas se desvincularam da burguesia conservadora, inclinando-se para as correntes populares ou para segmentos burgueses reformistas. Tal é o sentido das votações expressivas do PT, do PDT e do PSB em Recife.

Ali onde o movimento adquirira um nível mais elevado de amadurecimento e onde prevaleceu na campanha eleitoral

uma política mais avançada, como em Fortaleza, a Nova República foi derrotada politicamente ou levou alguns "sustos" eleitorais, como em Goiânia. Derrota que se traduziu numa mobilização mais ampla e combativa, numa significativa elevação da consciência das massas e na eleição de candidatos comprometidos com o movimento operário e popular. Em plano nacional, abriu-se espaço para a intervenção das correntes revolucionárias.

Em São Paulo, somada à tradicional base janista e ao conservadorismo do PFL e do PDS, as parcelas mais atrasadas das massas, descontentes com o governo peemedebista e com a Aliança Democrática, não se sensibilizando por uma alternativa à esquerda, carregaram seus votos para o que há de pior, a ultradireita, que articulou o apoio à Nova República com a oposição ao governo Montoro.

Para os revolucionários, trata-se de aprofundar esse movimento do povo brasileiro no sentido da oposição ao governo, fortalecendo e unificando as posições revolucionárias. Em São Paulo, cabe-lhes colocar-se à testa da oposição ao governo de Jânio Quadros, a face mais reacionária da Nova República. E, relacionada com a luta por uma plataforma democrático-radical, cabe-lhes levantar, com destaque, imediatamente, a campanha pelas diretas em 86.

Não parece suscitar muita polémica entre a esquerda considerar a insurreição de 1935 como um sério equívoco político. Mesmo entre os que discutem as suas consequências políticas — alguns consideram que apressou o estabelecimento da ditadura getulista; outros que impediu a completa fascitização do regime — não parece existir divergências quanto a um fato: foi um movimento mal-preparado organicamente, deflagrado num momento político incorreto, decorrência, por sua vez, de uma visão distorcida do que era a estrutura social do país e da conjuntura específica pela qual ele passava, além da má avaliação da força real que dispunha a classe dominante e do apoio de Getúlio Vargas contava.

Pois bem: tudo isto serve para colocar definitivamente na lata do lixo a experiência de 1935? Ou melhor, são apenas estes aspectos que devemos considerar para fazer o julgamento? Em outras palavras, além dos erros políticos, não nos resta nada a resgatar da insurreição de 1935? Entretanto há aqui uma questão que pode até parecer simplória, mas que, talvez nos dê uma pista para pensarmos o problema: por que a direita não perdeu tempo de lá para cá e trata de comemorar ano após ano a data daquilo que eles apelidaram de "intentona"? A resposta, como disse pode parecer simplória: porque a burguesia precisa de pretextos (e quando não os tem, cria) para defender e propagandear a defesa dos seus valores. Mas, não seria isto, apenas o óbvio? E, por outro lado, não estaria atrás desta obviedade, exatamente aquilo que, apesar de todos os erros, deveríamos resgatar no movimento insurrecional de 35?

Afinal, o que são os valores da burguesia senão a manutenção da

exploração do trabalho e a defesa da propriedade. Em outras palavras o horror à transformação, o pânico diante da subversão do estado de coisas que ela considera o ideal.

Em síntese, por uma ironia da história, não é a própria burguesia, ao comemorar, com tanto estardalhaço, ano após ano, o fracasso da "intentona", que de certa forma, está a nos dizer, quase a nos ensinar, que na insurreição de 1935 existe algo, apesar do equívoco político, a ser resgatado por nós? Se ela comemora a manutenção do seu status quo, da sua visão de mundo, naturalmente, comemora a vitória sobre aqueles que pretendiam modificar este status, instaurar, não apenas um novo poder político, mas uma nova visão de mundo.

E não está, exatamente aí o resgate que nós devemos realizar? Nós que ainda nos batemos contra o que está dado, que lutamos contra o quer permanecer perpetuando consigo o rastro de desigualdades econômicas e sociais das quais se nutre, disseminando a fragmentação e a miséria moral entre os indivíduos e a sociedade, engrossando a cada dia, nas cinturas da cidade, o exército de nômades rurais e de jovens ladrões e assassinos e alcoólatras e toxicômanos; sem que sequer falemos nas mulheres: verdadeiras matilhas de jovens prostitutas que, aos 15 anos de idade, já aprenderam e ensinaram todos os vícios, essa avessa ciência que o capitalismo destinou aos párias.

E, acaso o "programa" dos que se insurgiram em 35 não era colocar um fim a tudo isto? Não era esta ânsia que, como o vento no deserto, assolava seus corações, retesava seus nervos, impulsionava seus atos.

Se não compreendermos que o arco fundamental que nos une a

35 está exatamente nesta tensa ânsia, nesta paixão em construir o novo, nesta repulsa à opressão, então, de fato, não teremos nada a resgatar do movimento.

Mas, temos um resgate a fazer: também somos partícipes da história do movimento comunista no Brasil. E nos reivindicamos, como construtores desta história. Não nos negamos a recuar no tempo e olhar de frente o que passou. Os comunistas — como todos os homens — gostam de possuir antepassados. Querem saber da história que passou, até mesmo porque se propõem a construir a que virá.

É claro que este resgate, não pode jamais transformar-se num substitutivo triunfalista a fim de apagar os equívocos e nos eximir da tarefa de examiná-los. Ao contrário, se não nos debruçarmos de forma implacável sobre os erros, se não buscarmos de forma inquieta e crítica as causas imediatas e as raízes mais profundas dos equívocos, estaremos apenas realizando uma caricatura da história: repetindo-a como farsa, sem sequer ter conseguido compreendê-la como tragédia.

Além disto, quem além, de nós mesmos, poderá realizar com a

OPINIÃO

necessária radicalidade a crítica da nossa trajetória? Para tanto, devemos separar criteriosamente com a peneira da teoria e da paixão, as cotas de ingenuidade e de equívocos, para poder perceber também as cotas de sagacidade política e de eventuais acertos.

O que retemos da insurreição de 1935 é, de certa forma, para citar apenas um exemplo, o mesmo que fazemos questão de reter da Guerrilha do Araguaia, ou ainda a indelével solidão de Lamarca, perseguido e assassinado no sertão da Bahia, é também algo que não iremos esquecer. Todos estes marcos, ao mesmo tempo que nos emocionam, nos ensinam e nos alentam, tanto pelos equívocos que contêm como pelo que irradiam de grandioso.

E se fazem parte da história do movimento comunista no Brasil, sem dúvida, ocupam também um lugar na história dos homens: esta luta sempre renovada contra os que se opõem às transformações, aferrados a defesa da propriedade e do privilégio. Esta infinita e infatigável aventura empenhada na perseguição da felicidade, aliada à prosaica paciência de, a cada dia, construir um mundo melhor.

Sérgio Weigert

fazendo AMANHÃ

Conselho Editorial:

Adelmo Genro Filho, José Eduardo Utzig, José Genuino Neto, Marcos Rolim, Otto Alcidez Ohlweiler, Ozeas Duarte de Oliveira, Tarso Fernando Genro.

Planejamento gráfico e diagramação:

Cristina Pozzobom

O AMANHÃ é uma publicação da Editora Outubro Ltda.

End.: Rua Santo Antônio, 446/conj. 91

CEP: 01314 — São Paulo — SP — Fone: 32-4685

Editor: Sergio Weigert

A lógica da violência no campo



A questão da violência nas zonas rurais não pode mais ser vista como um caótico engenho que a si próprio nutre e somente a si responde. Os objetivos, os alvos, a lógica dos assassinatos demonstram com clareza a inexistência deste "western" sem diretor e sem cenários e estabelece uma cruenta película onde os interesses de classe afloram e se radicalizam colocando em cena os latifundiários e os outros tantos nomes que designam os agricultores sem-terra.

E neste gigantesco negócio que envolve 10 milhões de camponeses aliados da terra e a fabulosa soma de 500 milhões de hectares dominados pelas múltiplas formas de latifúndios e modelos de produção modernos, no quadro do crime ao menos, um argumento move jagunços, pistoleiros, grupos paramilitares, milícias privadas para praticarem seus atos: a impunidade como são tratados os massacres efetuados contra posseiros ou grupos que reivindicam a posse da terra para trabalho.

A VIOLÊNCIA ORGANIZADA

Os dados estão, por certo, muito aquém da realidade, mas um documento elaborado pelo próprio ministério de Reforma e Desenvolvimento Agrário e o INCRA fornece o itinerário por onde se desloca e se movimenta a lógica dos assassinatos. É interessante concluir, pelo rastro que deixa, pelo destino que persegue, que as ações armadas não partem da truculência ou da violência individual dos praticantes, mas sim de um plano que está na intuição e na essência dos mandantes, que desta forma se protegem e protegem seus negócios ao eliminar na nascente as redes de solidariedade desenvolvida a custo entre a população rural.

Nos dez últimos meses, diz o documento, o saldo da violência no meio rural apresenta 273 mortes no Brasil. Destas, 198 foram registradas em terras públicas e privadas. 13 mortes envolveram terras indígenas. 59 mortes em acidentes com bóias-frias. Três suicídios. Do total, 71,1 por cento foram de trabalhadores rurais, 2,4 por cento de proprietários e 9 por cento de vigilantes e capatazes.

Grande número de mortes ocorreu nas microrregiões da mata úmida e na

cacaueira da Bahia. Nestas zonas cresce o número de milícias privadas que combatem a mando do latifúndio tradicional. Há também ações de grupos armados vinculados a grandes empresas agropecuárias atuando em áreas de ocupação recente.

SALDO DE PROBLEMAS

O documento detalha o número de mortes por atividade exercida. São esses os dados: 119 lavradores assassinados, dois presidentes de sindicatos de trabalhadores rurais, nove líderes sindicais, três garimpeiros, 11 índios, cinco fazendeiros, 16 peões de fazendas, três capatazes, 17 pistoleiros, três advogados, dois agentes da pastoral, um comerciante, oito menores e nove pessoas sem indicação específica. A lista inclui 13 mulheres, sendo duas freiras, nove lavradoras, uma advogada, e uma sem indicação de atividade.

O documento precisa: "se mata sempre mais de um homem por família ou grupo de vizinhança". Constata que as chacinas visam a desorganização das redes de solidariedade essenciais ao exercício das atividades produtivas. Os assassinatos ocorrem quando os trabalhadores rurais estão indo ou vindo dos roçados, através de tocaias.

Entre os meses de julho e outubro concentram-se mais da metade dos assassinatos. O período crítico corresponde à etapa do ciclo agrícola em que os trabalhadores, justamente nas microrregiões que apresentam maior incidência e conflitos, estão começando a preparar seus roçados. Nesta época ocorrem 46,9 por cento dos assassinatos e este momento decisivo para as unidades familiares de pequenos produtores, coincide com as atividades de desmatamento dos grandes projetos agrícolas — "cujos imensos domínios permanecem, via de regra, lealmente indefinidos".

A revista *Veja*, de 16 de outubro, publica a chacina ocorrida na Fazenda Princesa, a 50 quilômetros do garimpo de Serra Pelada. O fazendeiro Malon Lopes Piddi, transformou o assassinato dos que ocupavam suas terras "em um ritual bárbaro de torturas". Um grupo de pistoleiros contratados por Piddi, "amarraram os

cinco homens aos troncos de duas árvores e espancou-os durante horas antes de ordenar os disparos. O primeiro a ser capturado, Ezequiel Pereira dos Santos, foi amarrado com os pés sobre um formigueiro e ali ficou durante dois dias e duas noites, enquanto os torturadores o espancavam. Por fim, Piddi comandou a chuva de disparos que desfigurou completamente os corpos amarrados e chegou a descascar quase inteiramente o tronco de uma das árvores.

O "ritual bárbaro" não termina na violência ou no ensandecimento do fazendeiro Piddi. Ele apenas inicia aí. Piddi queria dar um exemplo a todos os posseiros que não lograram êxito em Serra Pelada e tentam ocupar terras, e o fez não em seu nome, mas em nome de sua classe e de todos os Piddi que se encontram dentro de cada latifundiário ameaçado.

O trabalho artesanal das mortes de tocaia não visa, como demonstra o do-

cumento do INCRA, abater vagabundos ou bandoleiros que eventualmente perambulam pelas regiões em conflito. Eles abatem, agora com detalhado requinte de ourives, as lideranças familiares ou de grupos de vizinhança. Para dismantelar, assim, toda a rede de solidariedade nascente entre os camponeses. O próprio preço pago à pistoleiros comprova o caráter seletivo e calculado da violência no campo: a morte de um posseiro está cotada em 10 milhões de cruzeiros, enquanto a de um delegado sindical sobe para 20 milhões.

A violência dos latifundiários crescerá ainda mais e aumentará também sua racionalidade. Eles continuam formando seus exércitos. Os camponeses contra-põem com a palavra de ordem lançada pela CUT: a reforma agrária virá pela organização e resistência dos trabalhadores e pela ocupação de terras.

Fazenda Annoni em clima de guerra

A paz nos campos do Rio Grande do Sul pode alterar e tomar rumos imprevisíveis a partir de 15 de dezembro. Se nesta data, como está previsto pelos sem-terra, os arados lavrarem as terras da fazenda Annoni, ninguém sabe o que acontecerá. Como ninguém sabe precisar a quantas andam o ânimo e a paciência das duas mil e quinhentas famílias ali acampadas.

A Fazenda Annoni está localizada no Alto Uruguai Gaúcho, a 300 quilômetros da Capital, e foi invadida por sem-terra há um mês. Eles estão acampados, mas não podem lavar as terras pois isso alteraria, segundo a justiça, o status quo da área em litígio entre a família Annoni e o INCRA.

Os sem-terra estão cercados pela Brigada Militar, sob constantes revistas. Os automóveis que saem da fazenda passam por demoradas vistorias e isso ocasionou que três mulheres dessem a luz sem chegar ao hospital de Sarandi, cidade mais próxima. A livre entrada de veículos, para descarga de alimentos, está proibida e somente com conversações entre líderes dos sem-terra e a Brigada a licença é conseguida.

O clima entre os acampados é tenso. Um rapaz de 21 anos morreu de enfarte. Em média, cinco pessoas são internadas todos/dias e as causas são atribuídas a desidratação e infecções intestinais, resultantes do calor e da desnutrição. Neste quadro, palavras como "autoridade federal", "governo federal", "solução via ministério", são recebidas com vaias e gritos de protesto. Os acampados estão desiludidos e já participaram, através das lideranças, de exaustivas viagens à Porto Alegre e de vazias reuniões com representantes do INCRA. No dia 28 de novembro, mil e duzentos sem-terra lotaram a Assembléia Legislativa gaúcha, enquanto novas audiências com autoridades se desenrolavam. Nem uma palavra de esperança foi retirada das reuniões.

Os agricultores acampados querem terra e somente ela poderá pacificá-los. O nível de consciência cresce entre eles e

dificilmente alguém poderia imaginá-los novamente a percorrer sem destino as estradas do interior. Sair da fazenda Annoni sem uma solução, seria o retorno à condição de miséria absoluta e de desemprego. É impossível cogitar uma solução que não aponte para a posse e o trabalho na terra. Eles mesmo advertiram, quando invadiram a área: "de agora em diante, quem entrar aqui será considerado inimigo".

"Vamos começar a lavar a terra na Fazenda Annoni no dia 15 de dezembro. E se o Governo, o Poder Judiciário ou a polícia quiserem nos desalojar, vamos resistir. Será uma verdadeira guerra lá na Annoni". Palavras de Darci Máchio, líder dos acampados, falando na Assembléia Legislativa. Perguntado por um repórter como iriam reagir, ele respondeu: "com enxadas, foices e machados". Se possuíam arma de fogo para autodefesa, disse: "Isso é um assunto interno dos acampados."

O Delegado Regional do INCRA no Rio Grande do Sul, não levou a sério as declarações de Máchio. Na opinião do Delegado Egidio Schalbitz, o reassentamento ainda tardará. Diz ele: "Não podemos reassentar vocês com prioridade só porque ocuparam a Annoni, porque isso mostraria a opinião pública que os que adotam essa prática são reassentados. E com isso teríamos centenas de acampamentos de sem-terra no Estado."

Nesta troca de certeza e incerteza, de ânimos e desânimos, o tempo vai passando. Dia 15 de dezembro é a data dada pelos colonos acampados. Quem presenciou o contido silêncio com que os mil e duzentos sem-terra ouviam seu líder falar na Assembléia Legislativa e a explosiva vaia com que recebiam as notícias de adiamento das soluções às suas reivindicações, pode ter uma certeza: dificilmente eles sairão da Annoni. E se lavrarem as terras, abre-se ainda mais a incógnita de como o Governo Federal reagirá. Nas duas vertentes, do lavar e reagir à polícia, está passando a paz nos campos da Annoni ou um possível massacre.

Dia 1º de novembro

* O início do mês é marcado pela euforia do mercado financeiro. Nunca foi tão fácil ganhar tanto dinheiro no mercado de ações e nos mais importantes segmentos especulativos. As aplicações no mercado de opções e a futuro chegaram a render 500 por cento em um só dia. E o salário mínimo passa para 600 mil cruzeiros.

* Ministro Pazzianotto, do Trabalho, é brindado com estudos que indicam que a reposição ideal para a queda do poder aquisitivo do trabalhador nos últimos vinte anos corresponderia, hoje, a um salário mínimo de 4,5 milhões de cruzeiros.

Dia 5

* Cai o quarto presidente que a Funai já teve este ano.

* Em São Paulo, 500 mil trabalhadores entram em greve. São metalúrgicos, químicos, marceneiros, comerciários, padeiros, plásticos, têxteis... Enquanto isso, Sarney, em cadeia nacional de rádio e televisão, diz que a sua política está certa. E a Bolsa de Valores de São Paulo segue em alta.

Dia 6

* Entra no 26º dia a greve dos funcionários do Estaleiro Verolme, do Rio de Janeiro, e novas paralisações são deflagradas: transportes coletivos de Uberlândia e dos médicos residentes de Pernambuco.

* No mesmo dia, cem posseiros assassinam Omar Pires Bruno, proprietário da Fazenda Catuva, na fronteira do Mato Grosso com Rondônia. No mesmo local, jagunços de Omar haviam assassinado, em agosto, o padre Ezechielle Ramin, defensor das causas dos sem-terra.

Dia 7

* Ex-ministro Abi Ackel é indiciado e identificado criminalmente pela terceira vez em menos de quarenta dias. Agora, é acusado de peculato: utilizou dinheiro e bens públicos em proveito próprio.

Dia 8

* Comprovado que o ex-juiz de direito da comarca baiana de Prado, Gracino Rodrigues dos Santos, é um entre os mais de 22 mil pessoas que possuem títulos fraudulentos de eleitor na Bahia.

Dia 9

* Deputado Alberto Goldman, do PCB, defende a permissão para a entrada de bancos estrangeiros no Brasil.

Dia 11

* O presidente do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Marcelo Palmério, pede afastamento do cargo. Isto depois de ser acusado de favorecer empresa da qual é acionista majoritário, numa operação que causou prejuízos à União em valor superior a 10 bilhões de cruzeiros.

Dia 12

* O Supremo Tribunal Militar decide manter arquivado o Inquérito que apurou a explosão da bomba do Riocentro.

Dia 13

* Professores da rede pública do Rio de Janeiro fazem greve de um dia. Pretendem pressionar o governador Brizola para que, no mínimo, os ouça e negocie o plano de carreira proposto pelo magistério.

Dia 20

* Passadas as eleições, Governo autoriza aumento de 14,5 por cento para o leite, 12 por cento para os automóveis, 19 por cento para os caminhões, 7 por cento para os tratores... e no dia seguinte, o preço dos combustíveis é reajustado pela sexta vez este ano.

* Revelado que o Ministério do Exército pretende privatizar quase todas as suas fábricas de material bélico.

Dia 21

* Projeto Brasil: Nunca Mais divulga relação com 444 nomes ou codinomes de torturadores de presos políticos. E o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra começa a preparar sua mudança de Montevidéu, para Brasília.

Dia 22

* Governo inicia a venda de 5 bilhões de ações da Petrobrás. A operação vai render 3,8 trilhões de cruzeiros e permitir que as multinacionais do petróleo, através de testas-de-ferro, passem a ser as verdadeiras donas da maior e mais lucrativa empresa brasileira. Em manifestações recentes, o Governo da Inglaterra e o Departamento de Estado dos Estados Unidos deram uma sugestão ao México e ao Brasil no sentido de resolver o problema de suas dívidas externas: vendam as suas estatais.

Dia 23

* No Maranhão, uma pessoa foi morta e várias ficaram feridas, durante a expulsão de lavradores das localidades de Aldeias e Pau Santo. A operação, que envolveu uma centena de soldados da Polícia Militar, foi comandada pelos secretários da Justiça e da Segurança Pública do Estado. As famílias dos colonos há mais de cem anos habitavam a área da qual foram expulsas.

Dia 25

* O presidente do Tribunal de Contas da União, João Nogueira Neto, se confessa estarecido com os desmandos financeiros do País. Um dia antes de deixar a presidência do Tribunal, declara-se incapaz de apontar os piores escândalos que chegaram até o órgão: "foram tantos e tão escabrosos que se tornaram inomináveis".

* O secretário de Imprensa da Presidência da República, Fernando César Mesquita, diz que a pregação de eleições diretas em 1986 é uma balela.

Dia 26

* Superintendência da Receita Federal apreende, em Brasília, quatro malas cheias de notas falsas de 10, 50 e 100 mil cruzeiros, num total de 5 bilhões de cruzeiros. Tudo num carro oficial da secretaria geral do Ministério da Cultura.

* Tribunal de Contas da União decide intimar o ex-presidente da Empresa Brasileira de Transportes Urbanos - EBTU - Carlos Veríssimo do Amaral, para explicar dez irregularidades que teriam ocorrido em sua gestão, de 82 a 85. Entre os fatos que vai ter de explicar, estão os gastos na compra de gasolina, enquanto a frota da empresa é toda movida a álcool...

Dia 27

* O Supremo Tribunal Federal rejeita a acusação de que Abi-Ackel teria engavetado um inquérito, quando ministro, para beneficiar correligionários políticos envolvidos na compra ilegal de táxis a álcool, em Mariana.

* Em São Paulo tem início mais uma etapa das investigações para apurar as responsabilidades de Abi-Ackel na concessão irregular de vistos de permanência e naturalização de estrangeiros no país.

* Deputado e vice-prefeito eleito de Porto Velho, Tomás Correia, denuncia o deputado federal João Lucena Leal (PFL-RO): figura na relação dos 444 torturadores divulgada pelo Projeto Brasil, Nunca Mais. Era o dr. Aldô, torturador no período de 69/74.

Dia 28

* Governo da Nova República abre o seu primeiro pacote econômico e deflagra o seu programa de privatização. Nos próximos quatro meses dezoito empresas estatais, todas rentáveis, serão oferecidas ao setor privado. O Governo decide, também, colocar à venda lotes de ações da Usiminas, Telebrás, Petroquisa e Petrobrás Distribuidora. A execução deste programa de privatização deve render entre 10 e 15 trilhões de cruzeiros, já em 1986.

* Fundação Getúlio Vargas anuncia a inflação de novembro: 15 por cento, um record histórico. Mas o Governo muda as regras e determina que o índice a ser utilizado para as correções monetária e cambial seja o INPC ampliado. O IPCA, calculado pela Fundação IBGE, impõe uma inflação menor: 11,1 por cento.

Familiares de desaparecidos: "Vivos os levaram e vivos os queremos de volta"



As entidades de defesa dos direitos humanos vão exigir que o Ministério da Justiça instale uma comissão especial para investigar, apurar e esclarecer definitivamente o paradeiro dos 144 desaparecidos brasileiros. A comissão deverá ser integrada por parlamentares, representantes de movimentos de direitos humanos e por familiares dos desaparecidos no período da repressão política imposta pela ditadura militar.

Esta iniciativa decorre de um projeto mais amplo, que pretende o esclarecimento dos mais de 120 mil casos de desaparecidos em toda a América Latina, que ficou delimitado durante o VI Congresso da Federação Latino-americana de Familiares de Detidos e Desaparecidos, realizado em novembro, em Montevidéu. Neste encontro, que reuniu representantes de todos os países da América Latina e Central (com exceção do Hai-

ti e Colômbia) ficou decidido que será reforçada a luta para que os governos adotem uma postura concreta que faça frente ao desafio dos familiares de desaparecidos: "Vivos os levaram e vivos os queremos de volta".

Todos os movimentos e associações que tratam de resgatar a verdadeira história recente da América Latina vão, também, dedicar um empenho ainda maior no sentido de que os responsáveis por crimes de tortura, desaparecimento e morte sejam julgados e condenados. Neste aspecto, lembram a permanência de um grande número de militares em cargos destacados nos governos de muitos países e pedem o seu afastamento das atividades públicas. "Não como revanchismo, mas como medida de precaução para que esta gente não tenha mais nenhum poder de decisão sobre os rumos dos países latino-americanos", como explica o presidente do Movimento de Justiça e Direitos Humanos do Rio Grande do Sul, Augustino Weit, um dos participantes do Congresso.

Em vários países — lembra — prosseguem os desaparecimentos e em outros, apesar de terem governos democráticos, os culpados estão livres, desfrutando de todo o seu poder nos organismos de segurança, e os pedidos dos familiares por verdade e justiça continuam sem resposta.

Depois de 21 anos Stuart Wright terá a cassação anulada

"Foi o maior erro que o legislativo catarinense cometeu em toda a sua existência", concluíram os integrantes da Comissão de Justiça da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, ao decidirem anular a cassação do ex-deputado Paulo Stuart Wright, 21 anos e seis meses depois que a medida foi imposta pelo mesmo Poder.

Eleito deputado estadual em 1962, Stuart Wright foi cassado pela Assembleia em 11 de maio de 1964, por "infringir a Lei de Segurança Nacional, a Constituição Federal e atentar contra a ordem democrática".

Preso e torturado pelo coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, comandante da OBAN, em São Paulo, Stuart Wright figura até hoje na relação dos desaparecidos durante o período mais agudo da repressão política no Brasil.

A última notícia sobre Paulo Stuart Wright, um dos fundadores e dirigentes da Ação Popular, foi dada pela enfermeira Maria Diva de Faria. Ela o hospedara em sua casa no dia de seu desaparecimento e pode vê-lo nas dependências internas do DOI-CODI, na rua Tutóia, em São Paulo.

Como documenta o projeto "Brasil: Nunca Mais", "após sua soltura do DOI-CODI, Maria Diva concordou em prestar depoimento sigiloso perante a Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo. Este depoimento ensejou que os familiares de Paulo fizessem uma representação ao Superior Tribunal Militar — STM — onde, em sessão secreta sem precedentes, aquele tribunal ouviu o depoimento. Em seguida, solicitou informações ao II Exército, o qual respondeu com evasivas e imprecisões.

O STM voltou a exigir informações uma segunda vez, tendo o II Exército respondido no mesmo estilo anterior, o que levou o tribunal a fazer uma queixa formal ao ministro do Exército, em cujo gabinete o embaraçoso assunto acabou engavetado".

Na Business Week, a seriedade de Sarney com a privatização

BRAZIL

Brazilian investors will get a chance to buy 25% of Petrobrás, the state-run oil monopoly, in a public share offering on Nov. 18. The sale, expected to net the deficit-ridden government \$425 million, is also intended to show Brazil's creditors that President José Sarney is serious about privatizing the government-dominated economy. The government will keep political control of Petrobrás, which earned \$369 million last year on sales of \$9.97 billion. But divestitures of other state companies, Sarney promises, will follow.

BUSINESS WEEK/NOVEMBER 18, 1985 37

"Os investidores brasileiros terão a oportunidade de comprar 25 por cento da Petrobrás, o monopólio estatal do petróleo, em licitação pública em 18 de novembro. A venda, que espera liquidar o déficit orçamentário governamental de 425 milhões de dólares, é também destinada a mostrar aos credores do Brasil que o presidente José Sarney é sério acerca da privatização da economia controlada pelo governo. O governo manterá o controle político da Petrobrás, que lucrou 369 milhões de dólares no último ano sobre vendas de 9,97 bilhões de dólares. Mas as privatizações de outras companhias estatais continuarão".

Sugestões de leitura

- NOVOS TÍTULOS
- A Falência da II Internacional (Lênin) Cr\$ 15 mil
- A Comuna de Paris (Marx/Engels) Cr\$ 12 mil
- 1905 - Jornadas Revolucionárias (Lênin) Cr\$ 15 mil
- O Papel da Cultura nas Ciências Sociais (Engels) Cr\$ 17 mil
- Sobre os Sindicatos (Lênin) Cr\$ 25 mil
- Últimos Escritos/Diário das Secretárias/Testamento Político (Lênin) Cr\$ 15 mil

Peça pelo Reembolso Postal à Editora Outubro Ltda.
Rua Santo Antônio, 446 - conj. 91 - CEP 013114
Bela Vista - São Paulo - SP - Caixa Postal 65-138 Fone: 32.4685

Nova República:

REARRANJOS PÓS-ELEIÇÕES

Costuma-se dizer que uma foto vale por mil palavras. Em política, às vezes, também é assim: um fato vale por mil interpretações. Com as eleições municipais foi isto que aconteceu. Passada a enxurrada de interpretações, originárias desde os mais refinados especialistas até os mais apegados cabos eleitorais, um único fato foi mais eloquente do que todas elas. Exatamente 10 dias após o 15 de novembro, alguns dos principais líderes do PMDB e PFL sentaram-se a uma mesa comum a fim de traçar uma estratégia para os próximos momentos políticos. O ponto de pauta havia sido formulado pelo próprio Sarney: fortalecer a Aliança Democrática para conter o avanço da esquerda.

Este simples fato mostra de uma só vez a verdade nua e crua: a Nova República saiu derrotada das urnas. Ao mesmo tempo revela um outro fato, que o estilo espalhafatoso do governador do Distrito Federal, José Aparecido, tornou mais candente do que as discretas afirmações de Sarney: "Ouço o tropel do PT a se aproximar de Brasília. Ele vem de Goiânia mas já está em Anápolis", afirmou. Este tropel, que Aparecido, identificava somente em torno dos muros de Brasília e apenas com o PT, na verdade, não se restringia a isto. Rondou os muros da Nova República em quase todas as principais capitais e se identificou, ora com o PT, ora com o PDT, ora com Jarbas Vasconcelos, em Recife. Até chegar a verdadeira invasão de Fortaleza no Ceará. Como se sabe, a candidata do PT, Maria Luiza Fontenelle, derrotou o governador Gonzaga Motta. E ainda levou de roldão os perplexos "coronéis" da política cearense, Virgílio Távora, César Cals, e Aduauto Bezerra.

Portanto — sequer é preciso voltar aos números, à contabilidade das prefeituras que ficaram nas mãos do PMDB e aquelas que escassamente o PFL conseguiu reter entre seus escassos dedos políticos — para compreender o ar de preocupação dos peemedebistas e liberais reunidos, e porque Sarney havia feito questão de ditar a pauta. Valia o provérbio: diz-me com quem te reúnes e te direi quem és — e o que queres. O que queriam todos sabiam e quem eram também, obviamente aquela não era uma reunião de vencedores. Ali estavam os derrotados de ambos os partidos. O ministro da Agricultura, Pedro Simon, juntamente ao seu companheiro de infortúnios, o líder do PFL no Senado, Carlos Chiarelli — no sul PMDB e PFL concorreram coligados contra o PDT de Brizola, e, coligados tratam de mastigar a derrota. Na outra ponta da mesa podia-se ver o presidente do PFL, senador Jorge Bornhausen que, em Santa Catarina, chegou atrás, não apenas do PMDB de Edson Andrino, mas também da esdrúxula coligação, e inventada pelo maquiavelismo ilhéu do governador Espiridião Amin, (PDS) e do senador Jaison Barreto (ex-PMDB, agora PDT). Além deles, o ministro da Educação, Marco Maciel, derrotado em Pernambuco, ao lado de Aureliano Chaves, semi-destruído em Minas Gerais pelo volumoso ímpeto de Hélio Garcia. Como comandante deste estropiado exército, um general também um tanto quanto estropiado: Ulysses Guimarães, porém disposto a recompor as tropas. As feridas que se abriram nas diversas batalhas onde PMDB e PFL estiveram em trincheiras opostas parecem estar

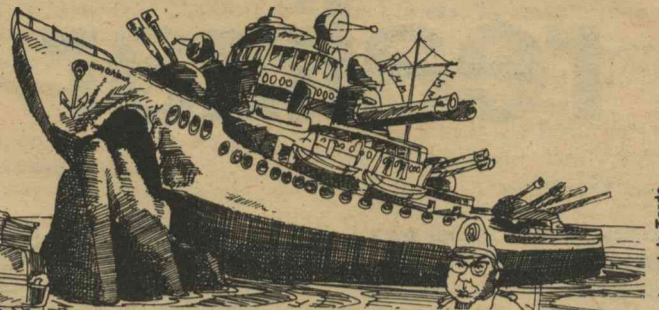
Gepp e Maia



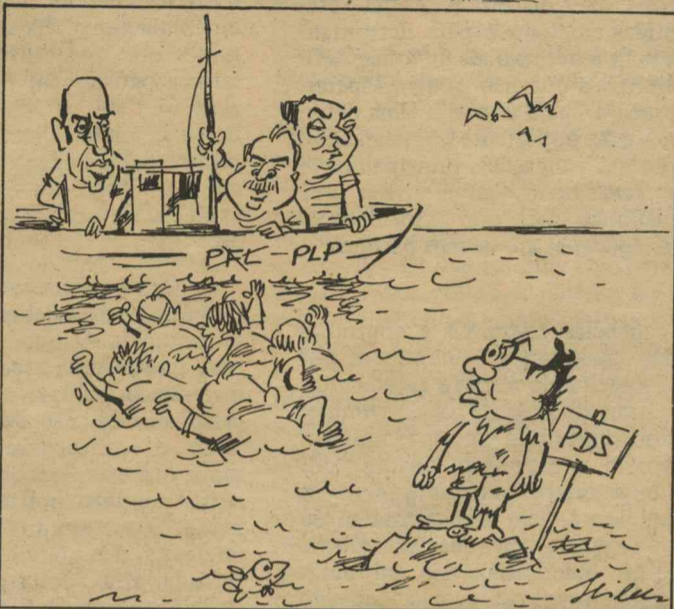
devidamente cicatrizadas. "Debitem-se os excessos ao 'calor do combate' e, ponto final", pareciam dizer uns aos outros. Quase como um símbolo desta pacificação a reunião foi realizada na casa de Aureliano Chaves e dirigida por Ulysses. Os mesmos que poucos dias antes, as vésperas das eleições, trocavam ácidos adjetivos e virulentas acusações de fraude a respeito do pleito em Natal.

Porém, como se sabe, com gente fina é outra coisa. E em 10 dias passou debaixo da ponte muita água, mais do que a necessária, para lavar todas estas feridas. E assim, era um pacificado Ulysses Guimarães quem afirmava: "Sem alianças será muito difícil vencer as próximas eleições, portanto, devemos tentar acertar as coisas entre nós". Seus interlocutores concordaram unânimes. E despediram-se com uma convicção também unânime: "se a Aliança Democrática vinha unida, agora tem que intensificar ainda mais esta unidade."

Se este fato vale por mil interpretações, dizendo com nitidez de quem tem medo a Nova República, ele também ajuda a projetar alguns prováveis caminhos que ela poderá seguir. Espinhosa trilha para alguns. O ministro da Justiça, Fernando Lyra que o diga: hoje é considerado quase um pária no governo por ter apoiado Jarbas Vasconcelos e não passa um dia sem que seja obrigado a redigir copiosas declarações públicas, avisando que está "firmíssimo" em seu ministério. O que só significa, para os bons entendedores, que não está tão firme assim: muito antes, pelo contrário... Para outros, contudo, as coisas não se dão de forma tão penosa. Que o diga por sua vez, o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, (PDS-BA), que recebeu um salvo conduto de Sarney para tratar também de rearticular as dispersas milícias dos novos republicanos, reforçando é claro, seus flancos mais à direita. Por outro lado, isto pode se dar através de um novo partido: o PLP ou da adesão de alguns dissidentes do PDS ao PLP. Entretanto isto é de sobremesa, a questão não se resume a siglas. Junto com o salvo conduto, Sarney também pediu rapidez. Magalhães não se fez de rogado: em um dia disse que o novo partido tinha até nome, Partido Liberal Progressista, que o presidente será Aureliano Chaves e ele próprio secretário geral. Que a gestação do PLP começará em meados de janeiro e o parto se realizará no início de abril.



Jornal da Tarde



Estado de São Paulo

Desembaraçado foi conversar com o ex-ministro Delfim Netto. No outro dia desmentiu tudo, aliás como, é de praxe. Mas tenha o nome que tiver, seja ou não um partido formalmente constituído, o que importa perceber agora, é que a Nova República busca reorganizar-se atraindo aquelas forças que não participaram da aliança de Tancredo Neves.

Não há nada a estranhar no afã de Antonio Carlos Magalhães: Afinal ele sempre sonhou com este partido que, a um só tempo, desse sustentação à Sarney e tivesse os braços suficientemente longos e generosos para acolher seus amigos que haviam ficado de fora do acordo tancredista.

Se o PLP vingar — apesar do ranger de dentes de muitos — Sarney terá, enfim, conseguido o que, de alguma forma, sempre desejou, embora não se arriscasse a confidências: diminuir o peso do PMDB na balança da Aliança Democrática. Constituindo com o PLP uma base de apoio mais disciplinada e menos imprevisível do que os comandados de Ulysses e Pimenta da Veiga, evitando, assim alguns dissabores como os que teve que enfrentar na votação da sua emenda para Constituinte. Além disto, a repercussão na reforma ministerial seria imediata. Já não soaria tão absurda, como a princípio, a proposta do PFL de aumentar para uns sete ou oito ministérios sua participação no governo. Atualmente o PFL detém apenas quatro. De qualquer maneira o PLP é ainda uma incógnita. Porém, se realmente for formado levará a um rápido esvaziamento de outros partidos, como o PTB, por exemplo. Fato que, aliás, Gastone Righi, líder petebista na Câmara, já constata e lamenta. "Isto limita nosso crescimento. Jogamos com toda a força e a certeza de que esmagando a cabeça do PMDB em São Paulo, seríamos a grande alternativa para os dissidentes não só do PFL e PDS como de outros partidos".

Neste novo quadro, a aliança PTB-PFL que levou Jânio à Prefeitura de São Paulo e que pode levar Olavo Setúbal ao Governo do Estado em 1986, poderia se esfarinhar rapidamente. E acaso, não será neste contexto que começa a ganhar sentido convite à Olavo Setúbal, feito por Ulysses Guimarães, para que "fossem sócios nas próximas eleições ao Governo do Estado em São Paulo"? Setúbal resistiria a sedução de coligar-se com o PMDB, abandonando Jânio e o PTB, para disputar o Governo do Estado? Em primeiro lugar, quais os adversários que lhe sobriariam? Talvez, apenas o próprio Jânio, talvez, nem ele.

Todo o problema para Ulysses seria evitar as rachaduras que se dariam dentro do próprio PMDB em função desta coligação.

Quaisquer que sejam os desdobramentos o que se percebe, porém partir das eleições municipais é que se polarizaram dois campos. Um à direita, englobando a maioria do PMDB e o PFL, sem esquecer as articulações em torno do PLP. Outro à esquerda, composto pelo PT, PDT e pela própria esquerda do PMDB, que apoiou Jarbas Vasconcelos em Recife.

Neste quadro apesar de aparecerem em primeiro plano as eleições para os governos dos Estados, o que de fato está em causa é a Constituinte. É este o palco onde vão ser decididos os contornos e os conteúdos que sancionarão a Nova República. É por isto que, mal emergindo das eleições municipais, a Nova República tratou de reacomodar suas forças num sentido ainda mais conservador do que já lhe conferia o pacto tancredista. Ela quer chegar a Constituinte, ainda que participando de siglas diferentes, com um ponto mínimo de unidade: fazer a Constituição à imagem e semelhança de seus interesses. Sem dúvida as eleições já produziram seus ensinamentos e a Nova República os aprendeu rapidamente.

O PT deve realizar coligações?

O PT não teve tempo sequer para comemorar os resultados que saíram das urnas: um dia depois foi curar a ressaca pela vitória em Fortaleza e as boas votações obtidas em todo o país, defrontando-se já com a necessidade de tomar definições políticas que não podem esperar: o seu prazo é "para ontem". Uma delas, e talvez a mais importante politicamente: a questão das coligações, principalmente com o PDT. Porém, as diretrizes que forem definidas para este caso, deverão por certo aplicar-se aos demais partidos.

Tendências favoráveis e contrárias ainda não chegaram a manifestar-se por inteiro, explicitando razões e argumentos. E a discussão ainda se dá nas entrelinhas, onde, normalmente é preciso "decifrar" o significado e a posição "oculta" nos longos e genéricos parágrafos com os quais, até agora, tem se enfrentado, ou melhor, escapado da questão. Obviamente esta indefinição não irá durar muito, mesmo porque a velocidade do processo político neste ano que se inicia não promete nenhuma paciência, e, por certo, cobrará caro aos que se permitirem o "luxo" das hesitações. O PT estará disposto a pagar este preço? Parece que não. E foi o próprio Lula que, em outras palavras, afirmou esta disposição. Rompendo com o "ti-ti-ti" das entrelinhas disse claramente que "o PT não pretende fazer qualquer aliança eleitoral com o PDT de Leonel Brizola, porque o populismo não acredita na organização do povo". Ao mesmo tempo definiu os limites dos prováveis acordos com o Governador do Rio de Janeiro: "até o apoio as diretas-já". Assim, Lula matou três coelhos com uma cajadada só: rompeu o "constrangido silêncio que reinava no PT sobre o problema das coligações, ganhou terreno sobre as posições favoráveis à coligações, e, como saldo acabou também com as especulações que vinham sendo feitas a respeito de sua reunião com Brizola. Apesar de Lula ser o presidente do partido, esta ainda não é uma posição oficial, e não é garantido que seja aprovada nas instâncias de direção. Contudo, é óbvio que o peso político da sua opinião se fará sentir na balança da decisão. Além disto, por certo, ele também contará ao seu lado com a influência e o prestígio da prefeita de Fortaleza, Maria Luiza Fontenelle e do deputado federal José Genoíno Neto, que já declararam seu taxativo não a coligações, com outros partidos, desde o PMDB, passando pelo PTB, PFL, até chegar ao PDT de Brizola. Ao mesmo tempo, embora discreta e diplomáticamente, o candidato do PT à prefeitura de São Paulo, Eduardo Matarazzo Suplicy, também tem deixado transparecer sua posição contrária às coligações. Sem referir-se diretamente ao problema, o secretário-geral do partido, Francisco Weffort, prefere afirmar que "o socialismo moreno do PDT é diverso daquele proposto pelo PT, porque tem uma forte propensão paternalista e, por isto mesmo, gravita em torno de uma liderança marcadamente personalista".

Como se vê, Lula, não está sozinho na recusa do projeto de coligações, contudo, há indicações de que o debate em torno desta questão, não será propriamente um piquenique. Existem posições divergentes que se localizam em importantes setores petistas em São Paulo e que se alastram até a bancada federal em Brasília, onde alguns deputados inclinam-se pelas coligações. Da mesma forma em Vitória, no Espírito Santo, já se expressaram posições neste mesmo sentido.

O que parece sustentar algumas destas posições é a célebre idéia, profusamente difundida de que o resultado das eleições passou uma espécie de atestado de maioridade política ao PT — o que, em certo sentido, não deixa de ser correto. Todo o equívoco reside, contudo, em supor que esta "maioridade", implica em entrar no jogo político, obedecendo as regras "desde sempre" estabelecidas pelos interesses dos partidos tradicionais. Na verdade atrás desta posição reside um equívoco: o de confundir toda a complexidade do movimento político com uma das suas expressões e um de seus componentes: a disputa eleitoral, e a necessidade — nada desprezível — de obter vitórias eleitorais. Porém, isto não é tudo. Logo, não existe nenhuma razão para fazer todas e quaisquer coligações que possam carrear votos. Mesmo sem intenção, isto conduziria a um pragmatismo muito grande, dissolvendo os critérios necessários ao estabelecimento de coligações — que, aliás, não se reduzem a protocolos assinados de parte a parte explicitando compromissos — e, podendo mesmo dissolver o próprio projeto do PT. As coligações, não são meros acordos estabelecidos com objetivos muito bem definidos e imediatos a fim de conseguir sua realização, e que

depois se dissolvem. Elas implicam, de certa forma, no estabelecimento de um acordo para alcançar objetivos, não apenas de mais longo prazo, mas de maior importância política, e, por isto mesmo de muito maior incidência sobre a vida política e ideológica do país, tanto no presente como no futuro. Por isto, repito, só os ingênuos ou os francamente oportunistas, supõem que as coligações podem ser estabelecidas a partir da assinatura de protocolos arrolando compromissos a assumir e de intenções a realizar.

O que está em jogo não se reduz, tampouco, ao projeto estrito que cada partido pense "para si mesmo", mas se amplia, exatamente, para perceber o nexo recíproco e criador que deve haver entre este "projeto próprio" e o projeto mais geral que o partido propõe à sociedade.

Neste sentido, é que a condição básica para o estabelecimento de coligações do PT com outros partidos é uma aproximação mínima de ambos os projetos, tanto no sentido político, como também ideológico. É desnecessário dizer que quando nos referimos a projetos não queremos significar bem elaborados documentos, trocados de parte a parte a fim de estudar-se as concordâncias e aproximações que existam em letra de forma. Projetos são uma totalidade política e ideológica — que pode estar escrita ou não — mas que apenas ao realizar-se, na prática, revela-se com nitidez. Portanto, como critério para o estabelecimento de coligações vale muito pouco a contabilidade feita por Brizola de que o PT e o PDT foram os partidos que mais cresceram eleitoralmente, chegando até mesmo a detalhar que nas regiões onde um teve um bom desempenho, outro saiu-se mal. Menos ainda, contam suas refinadas afirmações a respeito da identidade socialista entre um e outro, ou suas expressões mais ao gênero "popular" de que o PT e PDT são "primos".

Talvez, intuindo a insuficiência destes argumentos é que Brizola resolveu ir ainda mais longe: "O PT e o PDT são os únicos partidos de esquerda que se libertaram das sequelas do Partido Comunista, são extremamente independentes e, somando experiências, podem construir alternativas concretas para o nosso país", afirmou, enfaticamente à imprensa a fim de sublinhar a importância da reunião com Lula.

Pitorescamente, 24 horas depois Brizola, novamente recorria à eloquência. Desta vez, porém, não para se dirigir a Lula, mas para saudar a entrada no PDT, do governador malufista do PDS de Mato Grosso, Júlio Campos. Brizola declarou-se muito satisfeito com o ingresso de Campos e dos outros 313 deputados que o seguiram a fim de engrossar as hostes de "esquerda do socialismo moreno". Não esqueceu-se sequer de defender seu novo adepto das acusações de malufista: "Isto é uma injustiça, pois seu apoio foi

para Andreazza, além do que, ele limitou-se a seguir a disciplina partidária."

Ao mesmo tempo, deixou clara as perspectivas que vai por em prática. Depois de admitir coligações amplas, incluindo os demais partidos, Brizola finalizou com uma metáfora: "Se o demônio com seus cascos e seus chifres, chegar e disser: Posso dar uma mão? Eu respondo: Entra e vai ajudando..." Como para bom entendedor meia metáfora basta, não é preciso ser profeta para imaginar a promiscuidade que em breve irá campear no partido do sr. Brizola: uma verdadeira Sodoma e Gomorra política e ideológica, onde se cruzarão "anjos socialistas" com "demônios malufistas", todos eles, é claro, atentos e obedientes as ordens de seu sumo sacerdote e rezando pela bíblia do "socialismo moreno".

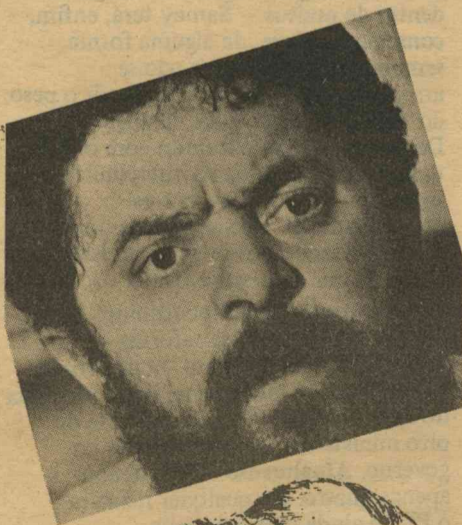
Alguém tem dúvidas de qual seria o destino político do PT, se por hipótese, estabelecesse uma coligação com "isto aí" que é o PDT? A completa diluição de seu projeto, a completa desmoralização do seu prestígio político reforçado agora nas eleições municipais, a submissão ao mandonismo caudilhista e o reforço de uma prática manipulatória sobre as massas, que, exatamente especulando com seus sentimentos de independência política, entorpece, ainda com mais eficácia estes sentimentos.

Mas, alguém poderia argumentar, a prática política, não pode ser determinada diretamente por razões éticas, nem tampouco as razões ideológicas podem ser utilizadas como argumentos, na medida mesmo, que não são — e nem podem ser substitutivos da prática política.

Vejamos portanto, tomando apenas o plano "puro" da política onde se poderia justificar uma coligação com o PDT. Por exemplo, na defesa intransigente que o brizolismo faz de uma Reforma Agrária Radical, na defesa clara que, todos os dias vemos o sr. Brizola fazer da palavra de ordem do desmantelamento do aparato repressivo, fim do SNI, Lei de Segurança Nacional, etc, etc, ou então esta possibilidade estaria na denúncia que faz da política econômica da Nova República, na exigência do rompimento dos acordos com o FMI e do não pagamento da dívida externa? Contudo, como se sabe e como se assiste todos os dias, também nestas questões tudo o que vemos são tergiversações e retóricas, nada mais.

Portanto, o PT não deve realizar coligações, e sim afirmar seu caminho próprio, exatamente para consolidar-se e contribuir para consolidar uma alternativa independente para maiorias. Isto é claro, se coloca de imediato nas disputas das eleições para os governos estaduais.

Assim, como também, é claro que, se a regra é não realizar coligações, disputando de forma independente, as exceções que se fizerem necessárias, por razões específicas, não apenas se justificarão, politicamente, mas servirão, aliás, para confirmar a regra.



Jornal da Tarde

PRC
PARTIDO
REVOLUCIONÁRIO
COMUNISTA

MCR
MOVIMENTO
COMUNISTA
REVOLUCIONÁRIO

realizam congresso:

O Partido Revolucionário Comunista, (PRC) realizou seu congresso de fundação em janeiro de 1984. Em outubro de 1985 voltou a reunir-se: tratou, principalmente, das questões táticas, em função das modificações na situação política do país com o surgimento da Nova República.

O Movimento Comunista Revolucionário (MCR) é resultado da fusão de três organizações: a Ala Vermelha do PC do B, Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP), e da Organização Comunista Democracia Proletária, (OCDP), culminando um processo de discussão desenvolvido durante mais de um ano.

Abaixo, os textos que sintetizam as análises e perspectivas resultantes dos congressos destas duas organizações.



O 2º Congresso do PRC, realizado em outubro de 85, ocupou-se principalmente da tática. A situação política do país modificara-se substancialmente com a ascensão da Aliança Democrática. Longe de tratar-se apenas de uma mudança de governo, alterara-se o próprio regime político. Isto requeria a elaboração de uma nova tática, sem o que seria impossível desenvolver a luta revolucionária.

Entre os inúmeros problemas teóricos e políticos colocados, destacou-se a caracterização desse novo regime. A ditadura militar, já não mais existente, foi substituída por que tipo de regime político? Responder a esta pergunta equivalia a definir a seguinte questão fundamental de toda tática: em que condições históricas e políticas a classe operária e o povo irão combater os seus inimigos?

O congresso entendeu que a vitória da Aliança Democrática assinalou a instauração de um tipo particular de democracia burguesa, a democracia dos monopólios. A instauração de tal regime assinalou uma derrota do movimento democrático operário e popular e uma vitória da burguesia, especialmente da oligarquia financeira. Resultou no estabelecimento de uma correlação de forças desfavorável ao movimento revolucionário, que se revelou incapaz de forjar a independência política das classes populares a partir da constituição de um polo avançado e forte de oposição radical a tal processo.

Agora, face à crescente frustração das massas diante da incapacidade do governo — por força da base de classe que representa — de resolver seus problemas, o PRC destacou a necessidade de se forjar uma alternativa real de combate à chamada Nova República do ponto de vista da democracia operária e popular, ou seja, da oposição extrema. O núcleo de

sua tática consiste na luta pela desestabilização da transição burguesa e na afirmação prática de tal alternativa.

A tática, para tanto, articula os seguintes elementos: a mobilização de massas e sua unificação com base numa plataforma de lutas democrático-radical, a propaganda do socialismo referenciada politicamente no programa mínimo revolucionário, a denúncia política do regime e a luta pela independência do movimento operário e popular em relação a todos os referenciais e forças que apoiam a Nova República, ainda que criticamente.

A partir desse núcleo, o PRC derivou seu posicionamento a respeito de várias questões candentes, como, por exemplo, as questões da Constituinte e da luta democrática, da Reforma Agrária e do "pacto social".

Assim, através de uma intensa luta de idéias — incessante na vida do partido — o PRC cerrou suas fileiras em torno de alguns elementos fundamentais da tática e da determinação de aplicá-la. E, por entender que os problemas da revolução não serão resolvidos apenas no interior das suas fronteiras, está empenhado em intercambiar opiniões e promover o debate com outros revolucionários, organizados ou independentes, e com os ativistas do movimento operário e popular, visando à elevação do grau de elaboração política e a unidade de ação.

Ozéas Duarte

MCR

O Movimento Comunista Revolucionário, organização que luta por um Brasil socialista rumo à sociedade comunista, nasce da fusão de três forças políticas revolucionárias: Movimento pela Emancipação do Proletariado, Ala Vermelha do Partido Comunista do Brasil e Organização Comunista Democracia Proletária. Avançamos nessa direção com a compreensão de que é preciso superar a dispersão orgânica da esquerda revolucionária e superar uma tradição de fraqueza, de sectarismo e incapaci-

dade de desenvolver uma política para amplas massas.

Essa ação ousada, parte do entendimento da complexidade que adquiriu a luta de classes em nosso país. Aqui, o desenvolvimento acentuado do capitalismo convive com a concentração da propriedade e da renda, deixando um rastro de miséria para dezenas de milhões de brasileiros, criando um enorme potencial revolucionário. Porém essa potencialidade e a intensificação do conflito de classes, encontram grandes dificuldades para fluir, devido à falta de organismos fortes e com representatividade junto aos trabalhadores e à pequena tradição socialista em nosso país. De outro lado, a burguesia sofisticou a dominação de classe, aprimorando seus mecanismos de repressão, controle e cooptação dos trabalhadores.

Essa compreensão, que sugere um processo de acúmulo de forças prolongado, descortina uma realidade que aponta a urgência de unir forças revolucionárias e inaugurar uma nova prática entre os comunistas, colocando num novo patamar a disputa política, sabendo distinguir princípios revolucionários e a tática política.

Embora seja uma exigência imediata da luta e um atraso considerável na luta de classes em nosso país, o MCR constata a inexistência de um Partido da Revolução no Brasil, e vê na dispersão dos comunistas revolucionários um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento de uma política revolucionária. Por isso, aponta como uma das tarefas prioritárias para a construção desse partido: a unificação dos comunistas revolucionários num só partido.

Na luta política atual o MCR se coloca em clara oposição ao governo da Aliança Democrática, que identificado com o grande capital é amarrado pela transição negociada com o FMI e os militares, pratica uma política contrária aos interesses populares.

O MCR se identifica com os anseios de mudança da classe trabalhadora e está comprometido com a luta e a defesa das reivindicações do movimento operário e popular contra a política econômica do governo e pela ampliação da liberdade política para os trabalhadores.

Ao mesmo tempo, o MCR traba-

lha pela unidade e fortalecimento das organizações democráticas e de massas das classes trabalhadoras, particularmente, a Central Única dos Trabalhadores. O MCR, se empenha na construção do Partido dos Trabalhadores, no seu fortalecimento político e orgânico, como um canal privilegiado para a expressão da oposição operária e popular na luta política.

No momento entendemos que é necessário analisar com rigor o que foram esses meses de governo da Aliança Democrática, à luz, inclusive, de fatos de importância nacional com as últimas eleições.

É preciso captar a radicalidade que germina do movimento, fruto das grandes contradições da sociedade brasileira. É necessário canalizar o descontentamento popular, fruto da desilusão com o não-cumprimento das promessas e o não-atendimento das principais reivindicações do movimento popular.

É hora de aproveitar o desgaste das saídas burguesas que tantas esperanças despertaram, e contruir uma alternativa operária e popular que garanta um acúmulo de forças substancial, capaz de expandir a organização sindical e política dos trabalhadores numa direção consequente.

Por outro lado, as debilidades e fraquezas do movimento operário e popular ainda dão às classes dominantes boa margem de manobras e novas saídas, visando garantir a sua hegemonia e isolar os setores populares. Hoje, garantir avanços e consolidar posições significa compreender a necessidade da constituição de um campo de forças políticas capaz de expressar um oposicionismo operário e popular que seja um referencial para as classes trabalhadoras. É necessário somar com aqueles que defendem e tem compromisso prático com as principais bandeiras do movimento operário e popular, garantindo a independência política da classe trabalhadora.

Essas questões terão particular importância no calendário da transição em 86. Trabalhar nessa direção é lutar para impedir a consolidação de um regime conservador e avançar a luta e a consciência socialista das massas populares.

BANCOS: NÁUFRAGOS E EQUILIBRISTAS

Afonso Araujo Filho

“Quem não arrisca não petisca”, diz um antigo provérbio, sugerindo, talvez, que os benefícios obtidos com a riqueza somente são possíveis para quem se dispõe a apostar.

É de fato, as apostas que fizeram o Comind, o Auxiliar e o Maisonnave, falidos em novembro, deixaram casados 6,8 trilhões de cruzeiros de rombo na economia — para serem saldados pelo governo. O que arriscaram os senhores Carlos Eduardo Quartim Barbosa, Rodolfo Bonfiglioli e Roberto Maisonnave, os maiores acionistas destes grupos financeiros? Quase nada. E, ao final de tudo, lhes sobrarão como “petisco”, quem sabe, a reputação de serem maus administradores.

Mas isto explicará tudo? Bastará ser um fanfarrão como o presidente do Comind, conhecido pelos amigos como “Charlô”, e que no rol de suas extravagâncias incluiu inclusive, dois aviões a jato dados de presente à mulher? Ou então, será suficiente portar-se como o presidente do Auxiliar, que nos últimos anos não era mais visto nas dependências do banco, mas vivia metido em espetaculares safáris na África do Sul?

É verdade que muito da falência dos bancos brasileiros pode ser explicada por estas extravagâncias: afinal, aviões e caçadas na África também custam dinheiro. É verdade, também, que podem ser explicadas pela incompetência administrativa dos banqueiros, como também pelos “negócios ruins” e “inescrupulosos”. Aliás, é exatamente este o enfoque utilizado pela imprensa em geral. Desta forma, “inocentemente” alimenta-se a idéia de que o mesmo capital, se fosse gerido por outras mãos, estas eficientes e honradas, não aconteceriam estes desastres.

Será mesmo assim? Ora, ao contrário do que podem supor as almas mais piedosas, as leis do capitalismo não se comovem com tão boas (ou más) intenções. São estas leis que determinaram os destinos destes conglomerados — e continuarão a determinar (para o bem ou para o mal) o destino dos atuais.

O Feitiço do Jogo

Neste sentido, o Comind, o Auxiliar e o Maisonnave são as mais recentes “vítimas” destas leis implacáveis, assim como também já foram beneficiários dela. Desta vez, porém, o garrote fechou-se sobre eles. Assim, como daqui a pouco vai fechar-se sobre outros. Fala-se já na falência de outros quatro poderosos bancos.

Porém, como funciona este garrote semicego que não respeita fortunas acumuladas, menos ainda tradições de famílias ou nomes com reputações intocáveis?

Tudo se inicia quando os capitalistas deixam de investir os ganhos de capital no aumento da capacidade produtiva de suas próprias indústrias (máquinas e equipamentos) e passam a optar por investimentos no mercado financeiro, onde a reprodução do capital se dá de forma mais rápida (over-night, por exemplo), e, portanto, mais lucrativa. Porém, se este é o ponto de partida do processo, o seu desenlace, culminou com um fenômeno que até hoje é lembrado sombriamente: o “crack” de 1929.

A falência, em 1974, do banco alemão Herstad, deixando para trás um rombo de 400 milhões de dólares, foi suficiente para atormentar o Mercado Comum Europeu. Hoje, o Comind, o Auxiliar e o Maisonnave, foram responsáveis por um rombo de 456 milhões de dólares junto a bancos americanos, através de repasses de empréstimos em dólares (pela Resolução 63). Isto sem falar nos episódios da falência dos bancos Sulbrasileiro (hoje Meridional do Brasil) e do grupo Habitasul (incorporado pelo Meridional).

Não se trata, aí, nem no caso do banco alemão, nem dos brasileiros, de fatos isolados ocorridos com apostadores que não possuíam cacife para segurar o jogo. São antes, mostras evidentes que o sistema financeiro mundial, movido por uma ciranda de papéis, caminha perigosamente em direção ao caos.

Portanto, a situação dos bancos brasileiros, longe de ser um caso atípico, precisa ser compreendida dentro da lógica geral do sistema financeiro, cujas leis são tão idênticas para os europeus ou para os americanos. Basta ver que, desde o ano passado até hoje, mais de oitenta bancos faliram nos Estados Unidos, sem que os atestados refiram a atividades de corrupção financeira. E o que é que sustenta tudo isto, nos EUA sem um novo “crack”, igual ao de 1929? É que lá, diferentemente daqui, o que mantém a relativa estabilidade do sistema financeiro é o engenhoso sistema de caça-níqueis em que se constituem os países sob sua hegemonia e que transferem capitais suficientes para tapar esses rombos. E não são pequenos rombos: existem, por exemplo, 30 por cento de fazendeiros americanos em insolvência permanente, acrescentando-se a isto a necessidade de liquidez da poupança corrente, que não pode servir de lastro ao mercado de ações mais por uma questão política de prestígio do sistema. Tudo isto exige massas de capitais que são “tapados” por estas transferências vindas da “periferia”.

Certa vez alguém já disse, que o dinheiro é o tempo concentrado. Certamente mais do que a metáfora e talvez mais que o tempo, o dinheiro é um valor concentrado em cada mercadoria. Ou seja, o dinheiro seria a forma de trocar um produto pelo outro sem necessidade de ir ao



mercado carregando um caminhão cheio de sapatos, vestidos ou lenços de renda, a fim de trocar por outros que se equivalessem em valor. Portanto, o dinheiro não é algo abstrato, produto da “boa idéia” de alguém cansado de carregar nas costas sacos de feijão para trocar pelo equivalente em sacos de batata.

As Regras

O dinheiro, assim, tem raízes muito sólidas, engravadas no sistema de produção capitalista, embora ele verdadeiramente atue na esfera da circulação das mercadorias, na medida mesmo que serve de equivalente universal, propiciando e facilitando o comércio entre mercadorias de valores diversos.

Isto, contudo, não pode obscurecer o fato de que uma quantia determinada de dinheiro representa um determinado valor gerado na produção, onde também estão embutidos os valores originados com o trabalho não pago pelo capitalista ao operário, e que constituem o seu lucro.

O trabalho que Marx realiza em *O Capital* é exatamente demonstrar como surge o lucro do capitalista. Mostra que este lucro é gerado na produção e surge do simples fato de que o capitalista não compra o produto final do trabalhador, e sim sua capacidade em fabricar mercadorias,

sua força de trabalho. Da diferença entre o valor da força de trabalho pago pelo capitalista ao operário e o valor do bem produzido ao final é que surge o lucro. A esta diferença, Marx, denominou de mais valia.

Portanto, sendo fiel a Marx e à realidade, todo o lucro dos capitalistas é obtido diretamente da produção, através da extração da mais valia.

Com Novas Regras

Assim, é de se perguntar de onde provém o lucro do sistema financeiro? Obviamente da produção; mas nem tanto.

“A Contradição em Processo” (Ed. Brasiliense), livro recentemente lançado pelo professor Frederico Mazzucchelli, da UNICAMP, parece permitir compreender o que ocorre com o sistema financeiro mundial, no tocante à origem dos “lucros”, proporcionados pelos juros. Diz Mazzucchelli, que o capital financeiro vive numa atmosfera autônoma, completamente desprezado da produção e de seus resultados, mas gerando “lucros” com maior velocidade que a indústria e a taxa cada vez mais elevadas.

Não é à toa, portanto, que exista preferência dos capitais nipônicos em saldarem, por exemplo, rombos das dívidas do déficit público do governo americano: é que eles são retribuídos a taxas de lucro

Comind
Maisonnave
auxiliar

muito superiores àquelas que obteriam se aplicassem a massa de capitais emprestados em sua própria indústria. Longe de constituir-se em falta de patriotismo dos japoneses, eles obedecem as "leis": os capitais buscam realizar-se com as maiores taxas de lucro possíveis, independentemente das fronteiras geográficas e dos sentimentos patrióticos dos senhores capitalistas.

As razões que movem os japoneses estão muito claras. Porém, como pode o governo americano pagar juros aos capitais japoneses superior à taxa média de lucro do sistema capitalista mundial? Também aqui o enigma se explica.

O sistema financeiro — fundamentalmente bancário — operando apenas com capital-dinheiro foi capaz de fazer o milagre da multiplicação de gerar "lucros" independentemente dos que se originavam na órbita própria da produção.

Sentados à volta da mesa, foram distribuindo cacifes e pagando lucros, com um volume de valores (ações, letras de câmbio, debêntures, LTNs, etc.) que pouco tinham a ver com o volume de lucros que a produção efetivamente gerava. Neste sentido, o sistema funcionava totalmente no vácuo, sustentado apenas pela ficção dos papéis emitidos. E o que ocorre com esse castelo de ações e debêntures em determinadas ocasiões em que se "ampliava" este vácuo. Simples: desmancham. E o que acontece aos bancos que cobram e pagam juros que superam o volume de lucros reais? Muito simples: quebram. Afinal, todos os lucros do sistema só podem ser extraídos dos lucros gerados na produção.

Só Bicheiro não Entra

Há três meses, a revista americana *BusinessWeek* dedicou uma edição analisando a situação do sistema financeiro norte-americano. O editorial da revista pergunta: "Estaremos vivendo num paraíso de loucos?" Talvez, pois o título chave da matéria principal era: "estamos brincando com fogo". E os loucos da "sociedade cassino", que a revista identifica como sendo a atual fase da sociedade americana constituem, justamente, o sistema financeiro. A orgia de papéis sem valor, as aplicações de risco, administradas por altas taxas de juros, o volume de quebras dos bancos, insolvências, concordatas, tudo isto deveria servir de advertência para que o "cassino" ponha em prontidão seus batalhões de combate ao fogo. A fim de evitar, talvez, que se reproduza, desta vez de forma terrivelmente ampliada, a catástrofe financeira de 29.

A *BusinessWeek* também alerta diretamente para o problema fundamental do sistema financeiro: seu total descompasso com o sistema produtivo.

A propósito desta questão, convém reafirmar que esse é um fenômeno específico da atual fase do capitalismo monopolista a nível mundial. Não se constitui, portanto, em alguma idiossincrasia da economia brasileira. Isto confirma o receio dos capitalistas americanos de que a onda de falências ainda não dá sinais de ter chegado à praia.

E a agitação das águas fazia até mesmo os capitães dos navios, porém as barbas de molho. Tanto que o Banerj, Banco do Estado do Rio de Janeiro, também não naufragou em novembro, porque seu comandante mandou a tripulação recompor os lastros. Marcelo Alencar, ex-presidente do Banerj e hoje o prefeito recém-eleito do Rio de Janeiro, revelou recentemente que a situação do banco era péssima por causa "do grande índice de inadimplência em operações sem lastro" aliada a "estratégia de captar recursos através do lançamento de CDB com atraentes taxas de juros".

Ao mesmo tempo que os americanos, o empresariado brasileiro também se dava conta, intuitivamente, do significado do crescimento deste setor parasitário e das apostas "semi alucinadas" do sistema financeiro. Pelo menos não se pode dizer que não anteviam o tamanho dos riscos que assumiam ao entrar no "cassino". Claudio Bardella, por exemplo, seguindo uma regra que se generalizou entre os capitalistas brasileiros, preferiu aplicar no sistema financeiro ao invés de investir na capacidade produtiva de sua empresa que, aliás, opera com uma capacidade ociosa de mais de 50 por cento. Ele confessa que está cometendo um "suicídio". Menos espalhafatosos, os empresários norte-americanos preferem admitir que "estão num beco sem saída."

Vício na Roleta

Evidentemente que no Brasil essa tendência a bancarrota é apressada por "apostas" que se cruzam e se entrecruzam, se chocam e se entrecrocavam numa verdadeira "roleta de lucros", onde, não raro, quem mais perde é a própria banca, para fazer um trocadilho nem tão despropositado assim.

"Não há sistema que resista há tanto contra-senso. O governo tapando por um lado e eles cavando pelo outro", desabafou uma alta autoridade do setor. Nesse quadro não há nada a estranhar que os bancos brasileiros sejam os que pagam os mais altos "spreads" (taxa de risco de empréstimo) do mundo. Basta ver que somente no setor dos bancos de investimento, 94 por cento de suas receitas se originam de operações com títulos e valores mobiliários, enquanto a rigor, deveriam se destinar, predominantemente, ao financiamento da produção e novos investimentos industriais. Ou, pelo menos, é assim que se definem os seus objetivos sociais.

Porém, essa "mania" de raspar o tacho até o fim e ir jogando dinheiro em bancos à beira da catástrofe, parece não ser coisa que há de terminar nestes tempos de nova república. A propósito, o próprio ministro Dilson Funaro afirmou com todas as letras que "somente" havia emprestado cerca de 70 bilhões de cruzeiros ao Comind, Auxiliar e Maisonave, quando na verdade já havia repassado 200 bilhões: mesmo depois de saber que o quebra-quebra era inevitável. Diante disto, até mesmo o presidente da Federação das Indústrias de São Paulo, (FIESP), Luiz Eulálio Bueno Vidigal julgou-se no direito de perder as estribeiras: "isto é coisa de gangsters" definiu.

Parentescos com Al Capone à parte, aparentemente, o que ninguém parece se dar conta é que outros bancos e instituições financeiras vão continuar quebrando. E, por certo, as razões não poderão ser simplesmente encontradas, na crônica policial ou na lata de lixo de algum serventuário do Banco Central.

Cinco Ases na Manga

Contudo, se é verdade que o ritmo geral do capitalismo segue esta lógica e, portanto, nem tudo pode ser atribuído e explicado por "um mar lama", não é menos verdade que à esta lógica geral junta-se uma outra, muito particular e astuciosa, que, não por acaso, termina rendendo somas nada desprezíveis "às pobres vítimas das falências".

O Comind, o Auxiliar e o Maisonave seguiram tanto a regra geral, e terminaram quebrando, como também não se constituíram exceção nas sinuosas "regras particulares".

Os técnicos do Banco Central, já nas primeiras investigações contábeis, advertiam que "os problemas eram muito

mais sérios" e que "a previsão dos prejuízos tinha sido muito otimista". E tinham razão: por exemplo, na última injeção de recursos do Banco Central ao Maisonave, a garantia apresentada foi, nada mais, nada menos do que um lote de Certificados de Depósito Bancário do banco Habitasul, que, por sua vez, já estava na lista dos falidos desde fevereiro. "Com isto, o Maisonave ganhou o direito de transformar papel pintado em moeda corrente", como ironizou uma publicação.

Mas para compreender melhor a quantas andam os sinuosos caminhos do sistema financeiro nacional e como se pretende moralizá-lo, nada mais ilustrativo do que as sugestões do presidente da Federação Brasileira das Associações de Bancos, (FEBRABAN), Roberto Bornhausen. "Diante das dificuldades da área financeira, o governo deveria ficar em silêncio, enquanto se procuravam soluções", aconselhou. As recomendações de Bornhausen chegaram tarde em setembro, dois meses antes dos rombos aqui no Brasil, a *BusinessWeek* advertia o empresariado americano que era necessário investir mais na capacidade produtiva industrial ao invés de deliciar-se no prazer das apostas no sistema financeiro porque "o lastro que sustentava uma montanha enorme de débitos" era "um frágil alicerce de capital".

Aliás, a *BusinessWeek* não está sozinha nesta tarefa. Várias publicações também chamam atenção para o fato de que somente o capital industrial é que poderá responder pela enorme massa de capitais fictícios que o sistema financeiro originou. Os editoriais gritam "fogo", ou mesmo "o cassino vai quebrar". Querem sustar a crescente onda que dia-a-dia abala o sistema de papéis. Entretanto o capital recusa-se a dar ouvidos. Querem sustar a crescente onda que dia-a-dia abala o sistema de papéis. Entretanto o capital recusa-se a dar ouvidos.

Isto permite antever que o solo do sistema financeiro mundial ameaçadoramente começa ruir. E não é para menos.

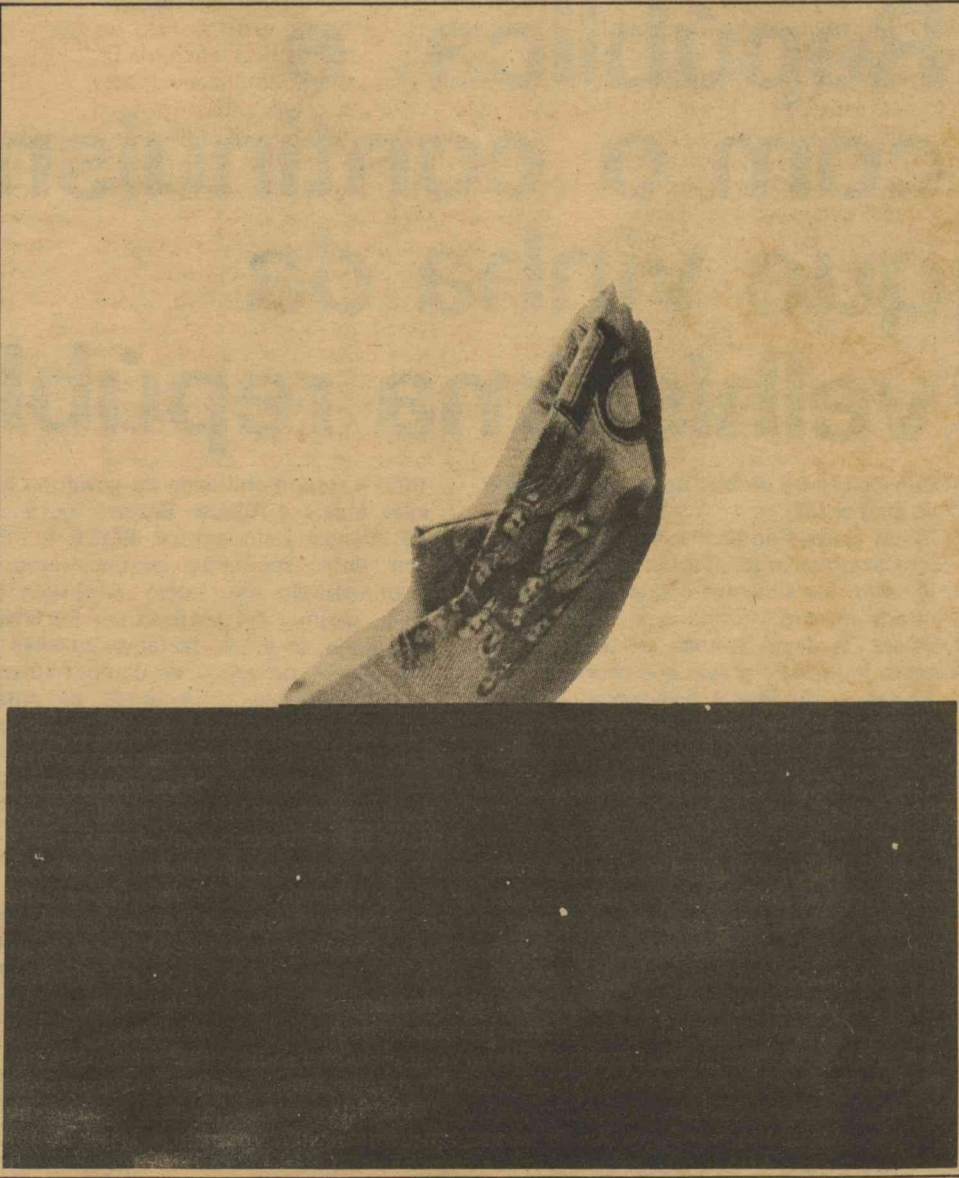
Somente no Brasil, de alguns anos para cá, faliram 21 instituições financeiras, enquanto o governo dos EUA teve de dar lastro ao ruidoso "crack" provocado pelo sétimo maior banco americano que chegou as mais da falência.

Sinuca de Bico

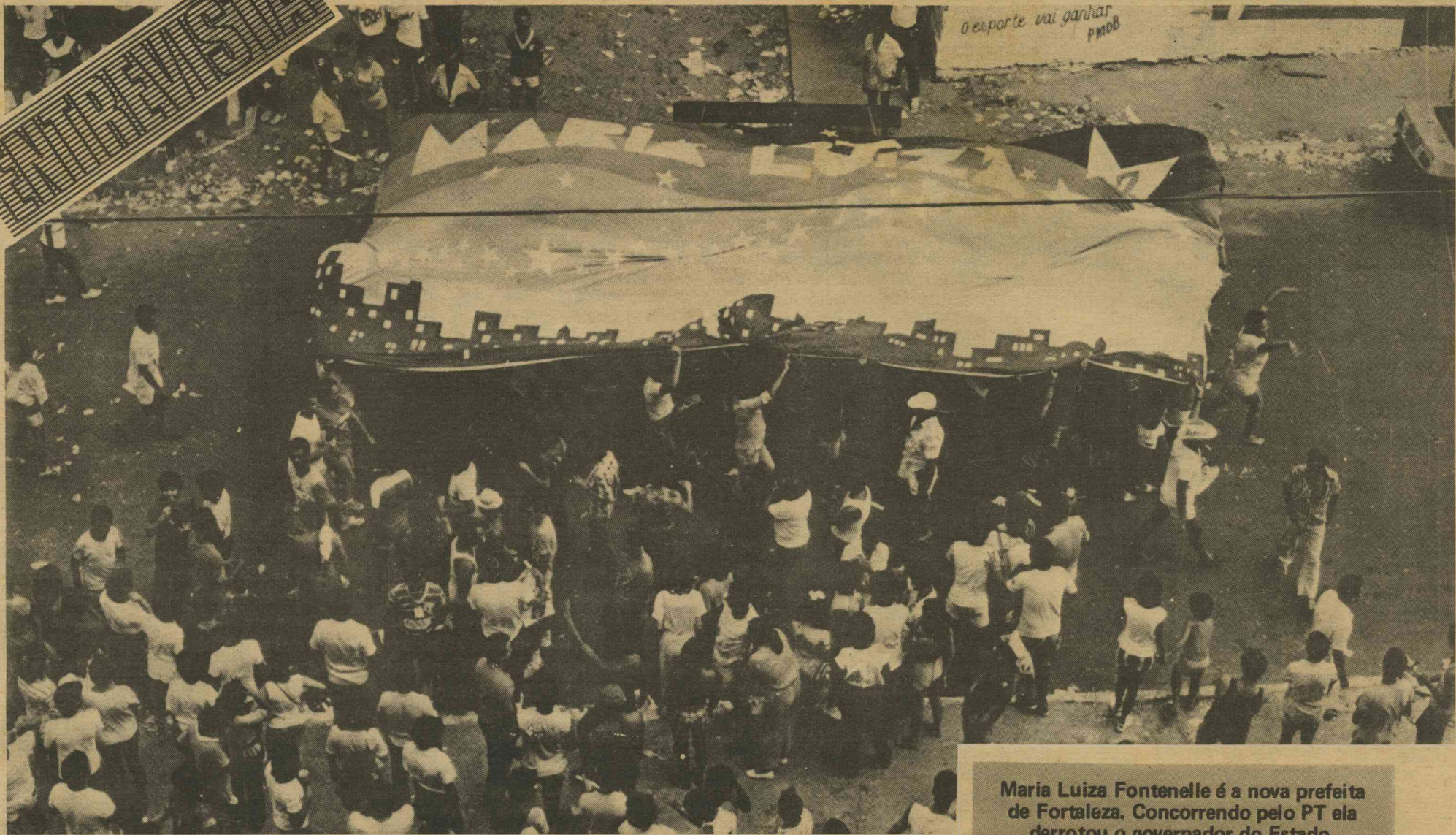
O processo financeiro, continua sua febril especulação semeando contradições por todos os lados. E no Brasil, a previsão é a de que a curto prazo mais instituições relativamente fortes irão quebrar, e que, talvez, a médio prazo, sobrem apenas o Bradesco e o Itaú. Afinal, fica na jogada quem tem cacife para bancar a parada.

O fato é que um desconforto paira no ar, uma espécie de pressentimento que ninguém parece perceber de onde se originou. E no entanto, talvez a resposta esteja em uma afirmação do economista J. M. Keynes, considerado o "espírito do capital", em seu livro *Teoria Geral da Ocupação, o Lucro e o Dinheiro*, ele diz: "os especuladores podem não ser nocivos quando representam apenas bolhas numa firme corrente do espírito de empresa; porém a situação é séria, quando a empresa se converte numa bolha dentro de uma voragem especulativa. Quando o desenvolvimento do capital em um país se converte no subproduto das atividades próprias de um cassino, é possível que aquele se realize mal."

Certamente as previsões de Keynes não se aplicam à risca, como um vaticínio, a todo o sistema capitalista. Porém, servem, no mínimo, como advertência. E quando, e se, começar a ruir esse paraíso de crupiês, talvez sejam lembradas apenas extravagâncias do sr. "Charlô" e, quem sabe, as caçadas do sr. Bonfiglioli, porque os episódios do Comind, Auxiliar e Maisonave já terão sido esquecidos. Afinal, hoje, já não merecem nem a gasta expressão de serem considerados como a ponta de um iceberg.



REPORTAGEM



“Romper com a política que vinha da Nova República, e com o continuísmo que vinha da velhíssima república”

Maria Luiza Fontenelle é a nova prefeita de Fortaleza. Concorrendo pelo PT ela derrotou o governador do Estado, Gonzaga Motta, os velhos “coronéis” da política cearense, Cesar Cals, Aduato Bezerra e Virgílio Távora. De quebra, derrotou também os institutos de pesquisa, que nunca lhe deram mais do que 10 por cento das intenções de voto. Ao final, ela havia vencido Paes de Andrade (PMDB) por 11 mil votos de diferença. Fazendo da música de Milton Nascimento, “Maria, Maria”, uma espécie de “hino” de sua campanha, a eleição de Maria Luiza não apenas se constitui no indicativo mais claro do crescimento político e eleitoral do PT em todo o país, como também é um fenômeno ideológico e cultural, (obteve votação maciça entre a juventude e as mulheres) que não pode ser contabilizado pelas estatísticas, nem ser reduzido as simples razões da política. Nesta entrevista exclusiva a *O Amanhã*, Maria Luiza fala das experiências da campanha, das perspectivas políticas do país, do significado da vitória e também de seus projetos pessoais.

Sua eleição foi de fato uma “zebra” como se diz por aí?

Maria Luiza Fontenelle: Muita gente prefere acreditar nisto. Talvez sirva de consolo. Mas nós achamos é que houve muita virada mesmo. Virada que, entre outras coisas, se deveu a nossa participação intensa nas quatro greves que ocorreram em Fortaleza durante a campanha. A nossa participação foi intensa e a omissão dos candidatos da Frente Liberal e do PMDB também. Tudo isto acabou somando e no final deu o que se viu. Se alguém quer chamar isto de “zebra” o que é que eu posso fazer?

Foram as divergências na Aliança Democrática e os rachas entre os “coronéis” que permitiram sua eleição?

Maria Luiza: Foram ingredientes, não foram determinantes. O que importou mesmo foi a denúncia que fizemos das políticas que eles lançavam mão. Mostrávamos as diferenças entre elas, mas sem deixar de mostrar o fundo comum que as unia. Por exemplo, durante o processo de repressão às greves, denunciávamos o tempo

tudo a responsabilidade do governo Gonzaga Motta e Aduato Bezerra, portanto, da Aliança Democrática, PMDB e PFL. Em outro momento denunciávamos a administração do Lúcio Alcântara do PFL, quando foi prefeito em Fortaleza. Ou ainda, às vezes, fazíamos questão de assinalar a diferença de comportamento político do Paes de Andrade, um autêntico peemedebista na luta contra o regime militar, mas que se aliou ao Lúcio Alcântara na ida ao Colégio Eleitoral. Isto funcionou muito porque deixava clara a falta de coerência política deles.

Se fala muito que uma campanha, uma candidatura mais politizada, mais à esquerda, se choca com uma campanha ampla. Daí a defesa de um tipo de campanha que seja simpática, seja descontraída, agradável e despolitizada. Como você resolveu isso?

Maria Luiza: No início enfrentamos o seguinte desafio: temos de mostrar à população que Maria Luiza não é só aquilo que os meios de comunicação de massa fabricaram de forma deturpada. Ou seja, a mu-

lher perigosa, que vive jogando o povo contra a polícia. O que tentamos mostrar é que, tínhamos assumido alguns compromissos: a preservação da natureza, o respeito à vida, aos direitos da população. E que, nisto aí, eu não estava isolada. Então, num primeiro momento a gente apareceu com uma campanha muito bonita. No programa da defesa do meio ambiente mostrávamos toda a beleza do Ceará que precisa ser preservada. Declare seu amor à Fortaleza, afirmávamos. Vamos defender isto aí. E pegou. Tanto é que nos primeiros programas houve votação de um júri popular a pedido do jornal *O Povo*, e na primeira semana todos eles nos deram primeiro lugar na propaganda eleitoral. O jornal acabou com o júri, porque estava pondo em risco o seu candidato, que era do PFL.

Qual foi a base de sustentação de sua campanha?

Maria Luiza: Fizemos uma campanha financeira de uns 500 milhões. Alguns poucos empresários deram contribuição financeira. Mas não foi o peso maior.

Quatro setores foram fundamentais para a sustentação política e econômica da campanha. As mulheres, a juventude, o pessoal da periferia, onde o trabalho da Igreja pegou muito, e o setor sindical operário, mais especificamente as quatro categorias em greve e os metalúrgicos. Só o comitê dos bancários tinha 500 pessoas. Apenas em uma tarde em porta de banco a gente conseguiu um milhão de cruzeiros. E assim também foi com os motoristas de transporte coletivo, os professores e os carteiros, além dos metalúrgicos. Houve uma urna, em um dos bairros populares, com mais de 300 votos, onde todos os votos, com exceção de um, foram para Maria Luiza. Como que você fez a relação entre a propaganda de televisão e a mobilização de rua?

Maria Luiza: Acompanhamos e apoiamos não só as greves, mas outras lutas do povo, como no meio rural. Fizemos uns dez programas de televisão acompanhando as lutas dos professores. No horário gratuito mostrávamos a passeata dos professores

indo ao palácio do governo, a repressão policial, etc.

Além disso, abrimos espaço para que os próprios professores falassem e eles assumiam o programa. Nos colocamos ao lado dos trabalhadores rurais, denunciando a Reforma Agrária de Sarney. No caso dos motoristas de ônibus, além da denúncia da repressão, fizemos um programa sobre o assassinato de um motorista. Denunciamos a responsabilidade da polícia e eles não tiveram como responder.

O último programa foi o melhor de todos. Foi a preparação da passeata que encerrou a campanha. A gente preparando o comício, e proclamando a população: "à noite a gente lhe espera", dizíamos.

No encerramento da sua campanha, você juntou 50 mil pessoas e quando se soube o resultado da eleição, 80 mil foram comemorar. Como você explica isto?

Maria Luiza: Havia 80 mil pessoas quando a passeata chegou à Praça José de Alencar. Mas ao sair da José de Alencar para a praia de Iracema, tinha umas 300 mil pessoas. O povo todo foi para a rua. Pessoas que não são eleitores pela idade, pessoas que votaram em outros candidatos porque estavam enganados, pensando que a gente não tinha vez. Pessoas que eram contra o Gonzaga Motta. Um mundo de gente que queria o novo.

Que perspectivas você apontava?

Maria Luiza: A perspectiva de romper não só com a política que vinha na Nova República, mas com o continuísmo que vinha da velhíssima república.

Esta política ofensiva, não chegou a provocar temores em alguns setores que lhe apoiavam, na classe média em particular?

Maria Luiza: É que nossa campanha também foi muito voltada para o problema da violência urbana, e isto toca muito a classe média. Botamos pra quebrar nisto aí.

De que maneira?

Maria Luiza: Mostramos que é o desemprego que leva à violência, e que a repressão policial só acentua isto. Dizíamos, por exemplo, que é preciso acabar com o "rapa", porque é ele quem faz todo o processo de fiscalização dos vendedores ambulantes no centro da cidade. E é aí que vem toda corrupção em relação aos pequenos vendedores ambulantes. Deixamos claro, então, que é preciso construir um projeto completamente novo para acabar com isto. Um projeto em que a prefeitura e a população trabalhem juntos.

Além disto, por que a sua candidatura pegou?

Maria Luiza: É que foi sempre esta idéia do povo construindo o novo e rompendo com o passado. Fizemos um paralelo com o número 13, do PT: até o dia 12, afirmávamos, nós estávamos construindo algo para acabar com a página da história ligada a tudo que era velho. E, ao raiar do dia 13, seria o momento em que o povo põe na rua o seu projeto e canta o hino da vitória. Foi isto... e não deu outra.

Como é que você enfrentou a questão do apoio dos comunistas? Isto não atrapalhou?

Maria Luiza: Quem fez uma campanha anticomunista foi o César Cals. Porém, muito em cima do MR-8. O que nos perguntavam era por que todos os comunistas não estavam nos apoiando. Respondíamos, então, que os comunistas que tinham se aliado à burguesia, só se diziam comunistas, mas não eram. E explicávamos que as forças mais conseqüentes — que faziam oposição nos sindicatos, que tinham construído a CUT, que estavam comprometidos com a luta pela transformação da sociedade, que não conciliavam, nem compactuavam com a corrupção — estavam ao nosso lado.

Depois que você tomar posse na prefeitura como é que vai enfrentar a Nova República?

Maria Luiza: Ora, eu sempre disse que os problemas de Fortaleza não serão resolvi-

dos nos limites da administração municipal. A partir daí, assim como fizemos na campanha, vamos denunciar os aspectos da realidade local que estão relacionados com a política da Nova República e, por isto mesmo, permanecem sem solução.

Como a prefeitura pode contribuir para forjar uma alternativa de massas operária e popular; vai desempenhar algum papel no cenário político nacional?

Maria Luiza: Não há dúvida sobre isto. Queremos transformar a prefeitura de Fortaleza numa referência para o Brasil. Penso, por exemplo, chamar para o Nordeste uma reunião da Central Única dos Trabalhadores, onde se reúna o conjunto do movimento sindical e, particularmente, o movimento camponês. A própria intervenção na questão da Constituinte, a luta pelas diretas para a Presidência, a Reforma Tributária, a Reforma Agrária, tudo isto acho que poderá ganhar expressão a partir do Nordeste. Apesar do Jarbas Vasconcelos não ter a mesma proposta, ele se aproxima muito da gente. Há uma intenção muito grande de trabalharmos juntos. E é assim, intervindo em cada luta destas, que podemos ir forjando esta alternativa operária e popular que você referiu.

Você acha que dá para manter organizada a base eleitoral da sua campanha, consolidar esta experiência?

Maria Luiza: Imediatamente uma parte deste pessoal vai começar a atuar partidaricamente por causa da eleição para o governo estadual, deputados estaduais e federais. Neste sentido, vai ultrapassar os limites de Fortaleza. O número de pessoas que tem nos procurado para criar o PT no interior é fantástico. Uma outra parte vai se polarizar em torno dos problemas sindicais: operários metalúrgicos, motoristas de táxi e de ônibus, professores, etc, etc. Também queremos fortalecer a luta das mulheres em torno da União das Mulheres. É impressionante o número de mulheres que tem nos procurado porque quer sair daquela situação de dona-de-casa e quer participar. Existe ainda o movimento dos jovens e dos artistas: esses aí têm de ter um espaço muito especial também. . .

E no setor mais avançado desta massa

como é que você pensa desenvolver esta organização?

Maria Luiza: Uma parte das lideranças mais expressivas tinha uma vinculação conosco através do comitê democrático operário e popular, um órgão que fundamos já há algum tempo e que funcionava independentemente dos partidos políticos aglutinando os setores mais combativos do movimento. Durante a campanha, dado o volume de coisas, o comitê não funcionou. Rearticulá-lo agora, é algo que se dará naturalmente, passada a campanha. Afinal, em cada luta é preciso buscar imprimir uma direção que seja a mais correta possível.

Como ocorrerá, concretamente, a participação popular no poder municipal?

Maria Luiza: Sobre este problema não há unidade no PT, e aí eu vou dar minha opinião. Quando organizamos a União da Mulher Cearense eu era do PMDB e nunca aceitei participar do Departamento Feminino do PMDB. Se você não cria alternativas de organização independente do povo em relação aos partidos institucionais, você acaba levando a luta do povo para o plano institucional. Quando se diz que o PT vai governar com Conselhos Populares, na nossa cabeça vêm algumas coisas: garantir que o povo tenha acesso na esfera de decisão; ao mesmo tempo, incentivar as reivindicações, e outras formas de lutas que não terminam nas reivindicações. Paralelamente a necessidade de que o apoio popular se expresse no nível de decisão, é preciso também aprofundar o nível de independência da organização da massa. É algo profundamente dialético e difícil. . .

Você falou que existem divergências. . .

Maria Luiza: É o seguinte: existe uma tendência em afirmar que é a Executiva do PT que decide como se dará esta participação popular na prefeitura. Por exemplo, a escolha do secretariado seria definida por ela. Ou, até mesmo, a composição de um conselho maior, aquilo que chamamos Conselho Político de Defesa dos Interesses de Fortaleza, a escolha dos sub-prefeitos, e assim por diante. Eu já disse claramente que não aceito isto, porque defendi outra coisa nas ruas. A Executiva do PT é uma das instâncias de decisão, não é a única. Se houve um mundo

de gente participando da campanha, setores organizados ou não, como é que agora vai se limitar a decisão a Executiva? **Como foi a direção da campanha?**

Maria Luiza: Formamos uma coordenação com pessoas da Executiva do PT, pessoas da interzonal e pessoas mais diretamente ligadas a candidata. Havia ainda um comitê suprapartidário, e demos autonomia a todos os comitês de bairros para fazer a campanha como quisessem, ao comitê de professores, de bancários, etc.

O que muda nacionalmente no PT a partir de sua eleição e dos resultados favoráveis em outras capitais?

Maria Luiza: O PT não tem condições de continuar daqui para a frente como foi até agora. Crescemos porque tivemos uma política clara: dissemos da Nova República o que ela realmente é; dissemos ao povo quais são nossas propostas. Isto aí é que é alternativa. Nós provamos, na prática, que é.

Como você vê a questão da unificação do movimento popular no Brasil, a criação de uma alternativa própria. A partir de Fortaleza pode se fortalecer esta perspectiva?

Maria Luiza: Acho que podemos contribuir no processo de organização nacional do movimento democrático operário e popular. Se vamos enfrentar uma luta pelas diretas, contra a política do FMI, etc., qual é o nível de organização que vai responder a isto aí? Passa só pelo PT e pela CUT, ou há um nível de organização mais elevado que se faz necessário, e que a gente poderia contribuir com isto? Esta é a questão que está posta.

Você está em seu gabinete, e há uma greve dos metalúrgicos em São Paulo: o que é que a prefeita, Maria Luiza, faz?

Maria Luiza: Apóia. ora. Aprendemos, como deputada, que em um movimento reivindicatório ou grevista, ainda mais se está havendo repressão, este apoio é uma coisa muito importante.

A sua eleição foi também uma vitória contra o preconceito e o machismo?

Maria Luiza: É estranho, muita gente tem insistido em comparar a nossa candidatura a da Gardênia, em São Luiz. Não há como. A eleição da Gardênia é a expressão da vitória política das forças mais reacionárias. Ao mesmo tempo é a reprodução da imagem de uma mulher submissa ao marido e sem vontade própria.

Acho que a nossa candidatura representou a luta por uma nova mulher, que seja exatamente a negação disto, uma mulher que a gente quer que realmente surja na sociedade. Uma mulher que participa, que é mãe, que enfrenta os problemas da discriminação e que busca se construir. Isto aí, de certa forma, levou milhares de mulheres a se identificarem com a nossa campanha. Em determinados bairros eu ouvia: "vá em frente que aqui também tem muitas marias".

E o fato de ser divorciada é coisa que sempre enfrentei, desde o movimento pela anistia. Porém hoje, uma série de tabus e preconceitos caíram por terra. O que caracteriza Fortaleza não é o fato de ser uma cidade preconceituosa e machista, onde as mulheres são assassinadas impunemente pelos maridos e todo mundo vive no cabresto do "coronel". Acho que isto aí foi rompido, e é o que dá o novo colorido à Fortaleza. Neste sentido, minha eleição foi também uma vitória contra o preconceito e o machismo.

E quais são os planos pessoais da prefeita Maria Luiza?

Maria Luiza: Olha, eu não acho, tampouco que as mulheres, de repente, têm que ficar supondo que são as tais e colocar os homens de lado. Não é não. Inclusive, eu estou procurando ter um terceiro relacionamento, tão bom quanto foram os dois primeiros. Oxalá a prefeitura me dê tempo para isto, porque quando não estou apaixonada é muito ruim.

"A candidatura também representou a luta por uma nova mulher, uma mulher que a gente quer que surja"



Duca Lessa

Para onde vai o populismo

Adelmo Genro Filho

A ascensão do brizolismo e a vitória de Jânio Quadros em São Paulo reacendeu, na imprensa, o velho debate sobre o populismo. A tendência dos liberais é tratar o fenômeno apenas sob o ponto de vista ético. Até mesmo sua vítima mais recente, Fernando Henrique Cardoso, que antes fazia carreira na sociologia, em suas entrevistas como vencido não foi além do discurso vulgar sobre a "falta de escrúpulos" do populismo e o "conservadorismo" que ele representa.

Como movimento político que concebia o desenvolvimento de um capitalismo independente no Brasil e alardeava transformações agrárias radicais, tendo no PCB um de seus pilares, o populismo efetivamente entrou em colapso em 1964. Mas foi uma crise política cujos fundamentos econômicos já estavam solidamente assentados pela internacionalização do capitalismo brasileiro verificada, especialmente, nas três últimas décadas. No entanto, para compreender seu ressurgimento e o papel que poderá cumprir no atual período da luta de classes em nosso país é preciso remontar às raízes do conceito, avaliar seu alcance e as diversidades do processo que ele pretende indicar.

Durante a última década do século passado, na Rússia, os principais escritos de Lênin foram de combate aos "populistas". Suas críticas culminaram, teoricamente, no livro "O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia", escrito de 1896 a 1899, no qual desmonta as bases econômicas da concepção populista. Lênin demonstra que a hipótese levantada pelo próprio Marx, acautelada pelos populistas, de que a Rússia poderia "saltar" a etapa capitalista já não tinha qualquer sentido. Com base em minuciosas estatísticas ele prova que o capitalismo já era uma realidade palpável da qual não poderia haver retorno. O desenvolvimento do capitalismo na Rússia era não só objetivamente necessário, mas também um fenômeno progressista. Uma plataforma concreta da luta pelo socialismo. A origem do populismo, diz Lênin, está na crítica romântica e pequeno-burguesa ao capitalismo. Quando as relações capitalistas eram débeis e nascentes essa postura tinha certo sentido avançado, mas hoje é reacionária e nociva, acrescentava o futuro líder da Revolução Bolchevique.

Mas é num artigo publicado em 1897 — "A que herança renunciamos?" — quando discute a postura a ser tomada diante da tradição democrático-revolucionária das décadas de 60 e 70, que Lênin sistematiza traços do populismo que podem ser tomados como referência para uma universalização do conceito. Ele aponta três características fundamentais: 1) A idéia de que o capitalismo na Rússia seria uma regressão histórica que poderia ser evitada, passando diretamente ao comunismo a partir da comunidade camponesa; 2) a concepção sobre a originalidade do modo de produção na Rússia e a idealização dos camponeses em termos políticos e morais; 3) e a incapacidade para reconhecer os vínculos de classe da intelectualidade, considerando essa camada capaz de



"arrastar" a história por um caminho diferente daquele potencializado pelo desenvolvimento econômico.

A base social do populismo, na Rússia, eram os camponeses pobres e sua luta para liquidar o latifúndio feudal e distribuir a terra dos grandes proprietários. À primeira vista, tal como se manifestou no Brasil desde a década de 30, o populismo parece ter escassa relação com o problema discutido por Lênin. Aqui, além de não se enquadrar historicamente nas características apontadas, foi um movimento predominantemente urbano. Não obstante, existem traços essenciais, subjacentes às diferenças empíricas, que justificam a largueza do conceito e permitem sua operacionalidade.

Em primeiro lugar, o populismo é um processo que envolve camadas sociais cuja emergência, no plano político, é periférica à contradição fundamental entre capital e trabalho. Na Rússia, contra o latifúndio feudal. No Brasil, contra a exclusão de cidadania a que foram relegadas as massas camponesas vindas do campo, agregando-se ainda a luta contra o latifúndio. Em segundo lugar, a dissolução dos laços político-ideológicos de classe na relação com as lideranças. Na Rússia, uma camada de intelectuais que se considerava acima das classes. No Brasil, uma relação paternalista e caudilhesca dos líderes com as massas, quase sempre mediada pelas instituições do Estado. Em terceiro lugar, como dimensão convergente do próprio conceito de populismo, a manipulação das massas a partir de suas necessidades mais imediatas, em função da estratégia de façções

das classes proprietárias, independentemente da subjetividade bem ou mal intencionada dos atores em cena.

Weffort tem razão quando afirma em seu ensaio "O populismo na política brasileira" ("Brasil: Tempos Modernos" — org. Celso Furtado, Paz e Terra) que o populismo não é apenas um estilo de liderança ou uma forma absoluta de manipulação. Mas também um modo de emergência popular no processo de desenvolvimento industrial do nosso país. Aliás, em política não existe nunca um controle absoluto, sempre uma hegemonia que, por definição, ocorre numa totalidade contraditória. Acontece que a idéia de revolução não está entre as categorias usuais da sociologia de Francisco C. Weffort. Assim, ele superestima o papel "progressista" do populismo em nosso país, deixando na sombra o seu caráter essencialmente contra-revolucionário. É certo que as massas, pela via do populismo, sempre recebem alguma coisa, isto é, migalhas. E não se trata apenas da cooptação dos movimentos sociais para impedir o ascenso reivindicatório, mas sobretudo de neutralizar seu potencial revolucionário.

Na verdade, o populismo de 30 a 64 é considerado mais ambíguo do que de fato o foi, precisamente porque teve êxito na tarefa de impedir o surgimento de uma alternativa revolucionária de massas em nosso país. A dimensão fundamental de seu reacionarismo aparece, pelo viés acadêmico, como manifestação de uma ambigüidade "progressista", já que conseguiu manter "por dentro" o grosso do movimento de massas e soube fazer as concessões adequadas a cada momento. O golpe de 64 re-

presentou, menos uma resposta política à uma agitação que ameaçava as instituições burguesas, e muito mais uma adaptação institucional e política necessária ao novo ciclo de acumulação e integração do capital em geral e do capital financeiro em particular.

O populismo se transforma historicamente mas mantém determinadas características essenciais: um discurso que especula com as necessidades imediatas das massas, uma ideologia que dissolve as contradições de classe e uma política de cooptação e manipulação dos interesses populares, especialmente das camadas mais atrasadas e desorganizadas. É a forma apática e perplexa como as massas reagiram ao golpe militar de 64 que indica o conteúdo substancial do populismo e não o fato do golpe ter sido dado. Acreditar que o populismo foi enterrado em 1964 é não compreender a essência do problema, confundindo um momento do processo com o todo. Uma etapa ficou para trás, outra está em curso. A perspectiva "nacional", que foi a pedra de toque do populismo no Brasil, enterrou suas ilusões com a crise política de 64. Mas concretamente ela nunca existiu, já nasceu enterrada. O que não significa que deixe de existir ao nível do discurso, que não tenha persistência ao nível ideológico.

Em nosso país, com amplos setores miseráveis e desorganizados, para os quais a burguesia não conseguiu — e dificilmente conseguirá — instituições estáveis, o populismo continua sendo uma alternativa viável para a cooptação das explosivas insatisfações sociais. Não há dúvida que em virtude da profunda internacionalização e integração do capitalismo brasileiro, não podendo agitar com o mesmo desembaraço a bandeira contra o imperialismo e o "latifúndio feudal", sua ambigüidade política é cada vez mais discursiva e seu reacionarismo é crescente. A hegemonia completa do capital financeiro e o enorme desenvolvimento associado e dependente do capitalismo no Brasil nos últimos vinte anos tendem a limitar objetivamente suas veleidades "de esquerda". O pragmatismo dos caudilhos intui as novas condições sociais em que se movem seus projetos pessoais, fazendo os necessários ajustes políticos. Trata-se, agora, como único caminho possível e lógico, de trabalhar no interior das contradições do próprio capitalismo monopolista, propondo-se como alternativa de sua legitimação para uma conjuntura de crise institucional.

De um lado, os líderes populistas precisam ter uma representação política pessoal junto às camadas desorganizadas, manipulando seus anseios imediatos através de um discurso "radical" e de algumas "medidas exemplares". De outro, precisam conquistar a confiança de setores monopolistas e financeiro, jogando as massas atrasadas contra os segmentos mais conscientes e mobilizados, especialmente da classe operária. Noutras palavras, as propostas de Jânio e Brizola tendem a se confundir. Enfim, não é por acaso que o ademarismo e o brizolismo já são quase sinônimos.

Lembrar do Chile, discutir a situação chilena, buscar compreender sua realidade social e política é, para nós, não chilenos, uma estranha aventura. Percorrer as consagradas vinhas nos poemas de Neruda, nos escritos de Gabriela Mistral e ouvir "la cueca" na voz de Violeta Parra. Vinho tinto e empanada queria como forma para o socialismo chileno o presidente Salvador Allende. Foi assassinado no palácio de La Moneda antes de por-se à mesa para refeição social proposta a seu país.

Lembrar do Chile sem ouvir as pancadas da culatra do fuzil sobre as mãos esmigalhadas de Victor Jara, é perda de tempo. No Estádio Nacional, em 1973, o cantor foi confinado junto a outros dez mil chilenos. A particularidade com que a violência militar se abateu sobre Jara tornou-se um símbolo de resistência de seu povo e dos povos que lutam pela sua libertação. Após quebrarem seus dedos, de transformarem suas mãos em pasta sangrenta, os militares devolveram-lhe o violão e ordenaram:

— Agora cante!

Victor Jara abraçou-se ao instrumento e cantou para os dez mil presentes:

— Venceremos/venceremos/venceremos. . .

Pouco depois foi fuzilado. Seu nome acompanha hoje as jornadas de protesto, onde são abatidos, pelo exército ou forças paramilitares, novos Victor Jara. Foi assim nos dias 4 e 5 de setembro deste ano, quando dez manifestantes foram executados nas ruas de Santiago do Chile, Valparaíso e Concepción.

Chile

O SÍTIO A PINOCHET

Com doze anos de ditadura militar, o Chile apresenta o seguinte saldo: 30 mil mortos, 1 milhão de exilados. 35 por cento (de um contingente de 3 milhões de trabalhadores ativos) de desempregados. 28 bilhões de dólares de dívida externa. 11 bilhões de dólares de dívida interna. A economia em colapso. E uma nascente e irreversível consciência nacional contra Pinochet.

O país que elegeu um presidente que alimentou um projeto socialista nos moldes dos que atualmente são vivenciados na França e Espanha, hoje possui apenas um eleitor apto: o ditador Pinochet. Eleitor de si mesmo. Que governará o país até 89, podendo se "reeleger" por mais dez anos. Ele é a síntese da ditadura mais sangrenta na América Latina. Ele é o responsável pela ilegalidade civil de 11 milhões de chilenos. E encontra respaldo para seus atos no profissional exército de oitenta mil homens e em um reduzido grupo de empresários ligados ao capital financeiro e exportador.

O Comitê de Defesa dos Direitos do Povo Chileno traça o perfil do regime militar da seguinte forma: "o quadro político apresenta um governo em situação de debilidade, perda de iniciativa política e exercendo uma repressão que não poderá deter a atual mobilização social em marcha". E conclui: "Sobra aos partidos populares e em particular ao MDP (Movimento Democrático Popular), encontrar iniciativas aglutinadoras e mobilizadoras que permitam avançar as aspirações das grandes maiorias. A atual discussão sobre uma consulta popular que demande a saída imediata de Pinochet parece ir ganhando adeptos, uma vez que a consigna de greve nacional começa a circular novamente".

A grande questão colocada pelo Movimento Democrático Popular (frente de luta contra a ditadura que une o PS, PC e MIR) é encontrar uma estratégia clara e comum de luta que possa unir toda a esquerda, que se debilita em constantes divisões. Foi o MDP e CNT (Comando Nacional de Trabalhadores) que convocaram as últimas jornadas de protesto e enfrentaram a desmobilização encabeçada pelo Arcebispo de Santiago, Juan Francisco Fresno e pela AD (Aliança Democrática, frente de centro-direita ligada à social democracia e a democracia cristã de Eduardo Frei). Porém, mesmo com a paralisação social de quase todo o Chile, os dirigentes do MDP não transbordam esperanças.

Eles avaliam que a esquerda não conseguiu penetrar com força no movi-

mento operário chileno e principa'mente nas indústrias estratégicas e estatais. Dificilmente, a curto prazo, uma greve nacional conseguirá parar as minas de cobre e ouro e setores importantes da siderurgia e petróleo. Os operários temem a demissão em massa no momento em que trinta por cento da mão-de-obra ativa não encontra ocupação.

ENGROSSANDO FILEIRAS

O contrário está ocorrendo com os agricultores do sul, os comerciantes e camioneiros (setores que respaldaram por bom tempo o regime) que engrossam as mobilizações e pressionam no sentido da derrubada da ditadura. Há, indiscutivelmente, unanimidade nacional contra Pinochet, pois a própria burguesia, após o "milagre econômico" dos anos 78 a 82, perdeu espaços importantes na economia que voltaram a ser ocupados por multinacionais e por um reduzido grupo local de empresários. O achatamento salarial, as imposições do FMI, os altos custos cobrados pelos serviços sociais (água, luz, saúde, habitação, educação) dizimou a classe média e reacendeu as lutas estudantis. E são os estudantes e organismos populares diversos os que se encarregam de golpear com mais força a ditadura chilena.

Temendo que os dedos fossem antes que os anéis, a burguesia aliou-se a setores conservadores da igreja e propôs, este ano, o chamado "Acuerdo Nacional para la Transición a la Democracia Plena", cuja elaboração se atribui ao Arcebispo Juan Francisco Fresno. O Acuerdo Nacional, como é chamado, tem sinal verde da Casa Branca, que teme por uma saída revolucionária no Chile. Também, o mesmo grupo dissemina na imprensa a idéia de pacto social. Ambos os documentos se perdem em generalidades, aceitam negociar com Pinochet (e não derrubá-lo), afastam do acordo a esquerda marxista-leninista, defendem a Constituição fascista imposta em 82, garantem a manutenção da propriedade privada em todos os setores e profetizam a "superación de la extrema pobreza" e "criación de oportunidades de trabajo" a todos. Enfim, o mesmo que dizem os ministros de Pinochet: "compartir sacrificios, solidaridad, disciplina social".

Este documento é considerado como o fato político mais relevante no Chile pós-ditadura. O próprio Movimento Democrático Popular autocriticou-se de ter



se envolvido demasiadamente nas discussões do Acordo Nacional, perdendo tempo e terreno na propagação do seu próprio projeto que tem, em linhas gerais, um conteúdo democrático popular igual ao defendido pelas esquerdas no Brasil, quando em luta pela derrubada da ditadura. A principal divergência entre os partidos políticos, porém, não está nas questões econômicas. Mas na estratégia de luta contra Pinochet. Enquanto o MDP propõe todas as formas de luta contra a ditadura, e enfatiza na luta armada feita pelo MIR e a recente Frente Patriótica Manuel Rodríguez (organização guerrilheira surgida nos quadros do PC, mas cuja existência o próprio PC não reconhece), a Aliança Democrática advoga somente uma transição pacífica.

"FORA PINOCHET"

Na população, porém, todo o programa político se expressa em duas palavras: "Fora Pinochet!". E, mesmo sem uma condução política clara, engrossam nos protestos. Recentemente as mulheres se reuniram em grande marcha que culminou com a entrega de cartas onde constavam duas reivindicações: "Cese de la represión y la salida de Pinochet ahora". Cresce também, nos bairros populares, o engenho e a imaginação rebelde: construção de bombas caseiras, improvisações de enfermaria, armadilhas contra os "tanquetes" (blindados para operações militares urbanas), saques à supermercados, execução de delatores, "black-out", explosões de delegacias policiais. O MIR tem grande responsabilidade nestas operações e sua tática volta-se, no momento, a

alastrar sua penetração nos grandes bairros que, uma vez rodeados pelas barricadas, se constituem em "regiões de autodefesa". A pedra, contra policiais, ainda é a maior arma popular. E uma insólita cartilha de "primeiros socorros" percorre o povo. Tem duas lições básicas: como curar ferimento à bala e técnicas de respiração para mais longamente agüentar a tortura.

Os bairros rebeldes são o alvo central da repressão militar em massa. O país parece estar acostumado. Dificilmente se encontra no Chile uma pessoa que não tenha sido tocada, de alguma forma, pela sangrenta ditadura. O país oscila entre o Estado de Sítio e o Estado de Emergência. Apesar disso, não há como conter ou contornar o avanço das mobilizações sociais. Isso está claro para a esquerda e para a direita. E para ambas, a mesma dúvida, a mesma dificuldade em decifrar o futuro se formando: para onde vai o Chile após Pinochet, como será o Chile após a derrubada da ditadura? A mobilização da esquerda, em tão feroz repressão, é difícil. Ela que teve seus principais quadros eliminados com o golpe. Os que não morreram se exilaram, alguns que se exilaram retornaram. Desde setembro, com as jornadas de protesto, o panorama nacional mudou. O "Programa do Povo", defendido pelo MDP está penetrando com mais facilidade na população. É uma luz, uma luz importante para um povo que perdeu a noção do que é um túnel e de onde ele se encontra. Um povo que pretendeu experimentar um socialismo com empanada e vinho tinto. Que virou uma massa disforme, regada a sangue.

Inssurreição de 35, repensando argumentos

Miguel de Alcântara

Cinquenta anos nos separam daquele 25 de novembro de 1935, quando, ao final de uma longa reunião, a direção do PCB no Brasil decidiu-se pela insurreição.

Fernando Morais, em seu mais recente livro, sobre a vida de Olga Benário, mulher de Prestes, é quem relata: "A reunião (...) entrou pela madrugada. Dela participaram o casal Ewert (Arthur e Elise, alemães e membros da Internacional Comunista, ele também conhecido por Arthur Berger), o argentino Rodolfo Ghioldi, o Secretário Geral do Partido, Miranda, e, obviamente, Prestes).

A princípio, é ainda Fernando Morais quem escreve, Prestes é o único a defender o levante no Rio de Janeiro, insistindo em que não poderiam abandonar os companheiros de Natal e Recife. (Nestas duas cidades já haviam ocorrido levantes nos quartéis). (E) a medida que Prestes relacionava as guarnições dispostas à insurreição (Miranda) foi cedendo. (...) Neste momento Rodolfo Ghioldi interrompeu o silêncio que mantivera até ali. 'Eu voto contra a insurreição (...). A análise que faço indica (...) que isto só existe no papel.'

Ewert assentiu com a cabeça. Foi aí que Prestes jogou sobre a mesa aquilo que Ghioldi chamaria de 'o ás de ouros' escondido na manga'. Solene, ele informou aos companheiros. 'A Marinha de Guerra esta comprometida conosco e se fizermos o levante ela toma o poder ao nosso lado'. (...) Ghioldi pediu que Prestes fizesse a gentileza de repetir o que acabara de dizer. Prestes insistiu: 'A Marinha de Guerra está comprometida comigo para tomar o poder'. (...) Foi o argentino, (então), quem falou: 'Se é assim que se faça a insurreição.'

A revolução iniciou as três horas da madrugada e terminou à uma e meia da tarde." (do dia 26).

Porém, se o movimento terminava aí, os debates que suscitou e continua suscitando estão longe de seu ponto final. Atravessaram estes cinquenta anos e prosseguem, buscando compreender o significado do que foi aquele fato histórico que, pejorativamente, a direita apelidou de Intentona Comunista. E que, aliás, não esqueceu-se de comemorar, a sua moda, desde 1935 até hoje. Não esqueceu-se também de inventar também as mais desavergonhadas falsificações, como por exemplo, a versão largamente explorada de que os revoltosos teriam assassinado soldados dormindo.

A direita fabrica seus mitos e reproduz suas lendas, menos para embalar seus próprios sonhos, mas principalmente para semear os mais grosseiros pesadelos e preconceitos no sono das massas. De qualquer forma, estas falsificações não resistem a uma menor observação dos fatos, como aliás, vários historiadores já chamaram atenção. Além disto, existem vários depoimentos de militares que participaram do episódio defendendo o governo de Getúlio, e que não escondem até hoje seu anticomunismo, afirmando que não aconteceu nenhuma chacina de soldados adormecidos. Como se vê, as mentiras, as vezes, tem pernas longas, mas também terminam sendo apanhada.

De qualquer maneira a pretensão destas notas não é chover no molhado, isto é, deter-se na denúncia das falsidades e "mitologias" que a direita tratou de criar e reproduzir.

Pretendo contribuir, trazendo alguns pontos ao debate que se trava, no âmbito daqueles que buscam compreender o fenômeno, comprometidos tão somente com a verdade.

Entre as várias teses sobre a insurreição uma das mais difundidas é a de que foi um movimento de massas, democrático nacionalista, polarizado pela Aliança Nacional Libertadora, no qual os comunistas participaram. Por exemplo, é esta a opinião de Giocondo Dias, presidente da Comissão Provisória Nacional do PCB. (Folha de São Paulo, 27.11.85)

Em novembro de 1935, a ANL já estava há mais de três meses na ilegalidade. E aquele que fora um dos mais poderosos movimentos de massa do país — por

exemplo, mais de três mil pessoas por dia pediam ingresso em suas fileiras — composto por comunistas, socialistas, profissionais liberais e um grande número de militares, rapidamente começou a definhando. As vésperas de insurreição, a ANL era basicamente constituída de comunistas. Porém, o fato de que ela se mantinha na ilegalidade e "teoricamente" continuava a ser pensada como uma frente, constituída também por setores democráticos e progressistas em geral, agrupados sob um programa anti-fascista, anti-imperialista e anti-latifundiário, acabou embaralhando tudo. As fronteiras entre o partido e a ANL tornaram-se as mais fluidas possíveis.

Neste quadro não é difícil imaginar as conseqüências. Na relação do PCB com a ANL já não se sabia mais quem era comunista ou quem era aliancista, e quais os critérios objetivos — excluída a militância partidária — que distinguiam uns dos outros do ponto de vista político e ideológico. O PCB se tornava cada dia mais liberal, por influência da ANL, enquanto os quadros da ANL se reduziam cada vez mais aos próprios quadros do partido. Por outro lado, ao mesmo tempo que a ANL não se "bolchevizava" ia adquirindo os "vícios" do partido; passava por exemplo a construir-se também dentro



dos quartéis, tampouco, cumpria o seu papel de enraizar-se no movimento de massas.

Assim, aquilo que deveria ser uma síntese, acabou sendo um erro composto: as duas organizações, exatamente, porque terminaram praticamente confundidas uma com a outra, só souberam somar seus equívocos e debilidades, sem nenhum saldo positivo. A insurreição restrita aos quartéis foi rapidamente debelada, diante de uma multidão apática e perplexa.

E, confrontados com os fatos torna-se insustentável a tese que define a insurreição de 1935 como um movimento de massas democrático, no qual, os comunistas apenas teriam participado. Mas se é assim tão evidente, porque tanta insistência e tanta teimosia, em repetir em 1985, o que era dito sobre o movimento em 1935?

Porém, isto que pode parecer a primeira vista apenas como dogmatismo ou incapacidade de fazer autocrítica, na verdade, serve também para assinalar a diferença espantosa, verdadeiro abismo que separa a postura do PCB de 1935 para o de 1985. Naquele, a ausência de teoria, e a própria ambigüidade de suas políticas, de certa forma instigava à luta, ou, pelo menos, não a entorpecia. Este, porém, já não tem ambigüidades políticas; ao contrário, escolheu o caminho que o vemos trilhar, seguran-

do a barra da saia da Nova República e da burguesia. E buscando verdades teóricas para justificar sua postura.

A avaliação é a mesma, transcorrido meio século. Os sentidos contudo são opostos: antes, fundamentalmente um alibi jurídico, ou talvez até mesmo uma incapacidade imediata de análise; hoje, repete-se, com ares de postulado teórico.

E isto não é casual: porque se a avaliação teórica que o PCB faz hoje do movimento de 1935 é a mesma que fazia à época, inclusive, debitando-se o equívoco do movimento não a qualquer questão política, mas apenas a "precipitação", como Giocondo também fez questão de afirmar — isto significa, de imediato, que o PCB, quer deixar ainda mais claro, que não acalenta mais os vagos sonhos "juvenis" de dirigir e tomar o poder da burguesia. Agora, parece dizer o PCB ao avaliar "1935", estamos "curados das febres perniciosas" nossa perspectiva é apenas participar (não ser a direção) de um amplo movimento progressista — que, não seja precipitado — a fim de instaurar a democracia no Brasil. Como, para os comunistas de Giocondo, a Nova República, é exatamente mas a representação disto tudo, com admirável coerência, eles só reivindicam e esperam a sua fatia de participação.

Se as teses, de Giocondo são algumas das mais difundidas, e das mais simplistas, há também aquelas que procuram iluminar melhor a análise daqueles tão difusos dias.

Estas teses defendem, via de regra, que a insurreição de 35, está inserida no bojo de um movimento de radicalização da III I.C., a célebre "viragem à esquerda" iniciada no VI Congresso em 1927, daí o seu caráter "aventureiro".

A política do VI Congresso da I. C. pode ser resumida assim: "nos países capitalistas estão amadurecendo de modo inevitável os elementos de um novo auge, revolucionário" e também colocava um sinal de igualdade entre a social democracia e o fascismo.

Pois bem, também os argumentos que identificam a insurreição com esta política não se sustentam.

Quando explode a insurreição, fazia exatamente um ano que o Komintern iniciava uma nova viragem", desta vez à direita. Sua política passa a ser extremamente defensiva, diante da ameaça concreta do fascismo, que chegara ao poder em 1933. Portanto o "auge revolucionário" já não era visto tão no auge assim. Também a perspectiva de alianças da I. C. mudara radicalmente: iniciara-se o período das frentes populares anti-fascistas.

Ora, o PCB viu-se de repente, em um desvão histórico. Vinha ainda embalado pelo otimismo das revoluções que iam começar a explodir e pelas idéias que transformavam em irmãos gêmeos a social democracia e o fascismo. Subitamente lhe arrancaram da frente aquele horizonte cheio de revoluções a vista. Este impacto foi o mais difícil de absorver, o da aliança com os partidos social-democratas foi mais fácil pelo simples fato de que não existiam no Brasil partidos com aquelas características.

Portanto, a proposta de formação de frentes populares anti-fascistas não causou maiores traumas e a rápida formação e crescimento ANL é a prova mais cabal disto. Todo o problema era o de saber como conciliar uma ânsia por revoluções que as novas diretrizes não haviam conseguido apaziguar — ainda mais acentuadas por um partido constituído basicamente por jovens militares — e a nova política defensiva. A saída foi engenhosa: uma insurreição realizada por uma frente popular e dirigida pelo partido. A favor deste argumento, assinala-se, pesava o exemplo chinês. Realizou-se então, uma espécie de "acordo" com a velha política da III I. C.: colocava-se em prática um dos aspectos (a constituição da frente) enquanto o outro, (o auge revolucionário) era retirado das antigas resoluções. Obviamente este processo não acontecia de forma consciente na cabeça dos protagonistas, mas a política que determinou o levante foi de fato uma simbiose de aspectos de dois momentos diversos e conflitantes da história da I. C.: o de uma viragem a "esquerda" e outra a "direita".

E a partir deste fato, talvez, seja possível agregar mais alguns elementos que expliquem a ambigüidade que marcou todo o movimento e, por certo, também contribuiu para sua derrota.

Anotações sobre a contribuição do marxismo

Tarso Fernando Genro

Hoje em dia existem pensadores que afirmam ter o marxismo perdido seu potencial revolucionário. Certamente que uma "certa variante" marxista não responde realmente às grandes questões da nossa época, particularmente aquela que faz uma leitura religiosa de Marx, e que o transforma numa escolástica reduzindo-o a uma caricatura composta de duas ou três fórmulas ou leis, incapazes de compreender a complexidade das grandes abstrações feitas por Marx no Prefácio à Crítica da Economia Política.

Neste texto de Marx, existem três passagens fundamentais que podem ser assim sintetizadas:

1) as relações de produção correspondem a um estágio definido de desenvolvimento das forças produtivas materiais;

2) há desencadeamentos periódicos de conflitos entre forças produtivas e relações de produção;

3) a "indicação" da existência de épocas de "revolução social", em que as relações de produção se "ajustariam" novamente ao nível das forças produtivas.

Assim, aquilo que Marx coloca como "ponto de partida" de sua teoria da história, muitos adeptos do marxismo tomam como "ponto de chegada" (passando a "erguer construções à maneira hegeliana", como dizia Engels). Esses supõem que a mera observação do nível de desenvolvimento das forças produtivas de uma determinada sociedade já lhes diria mecânica e cabalmente que sociedade é aquela, abrangendo, inclusive, suas múltiplas determinações políticas e ideológicas. Um conhecido publicista, que se diz marxista, chegou a afirmar, certa vez, que o "marxismo é uma ciência exata".

Na verdade, "os homens realizam 'trabalho', isto é, criam e reproduzem a sua existência na prática diária, ao respirar, ao buscar alimento, abrigo, amor. Fazem isto atuando na natureza, transformando-a às vezes conscientemente com este propósito". Mas as "grandes abstrações" do materialismo histórico, como ponto de partida de uma teoria revolucionária da história, como diz Engels, não servem como desculpa para "não estudar história".

A atuação cada vez mais consciente do homem sobre a natureza é o processo que está na base da humanização do homem, o qual Marx chama de "individualização humana" e que o pensador marxista húngaro, Georg Lukács, define como "afastamento dos limites naturais". Marx nos diz: "o homem só se individualiza através do processo histórico. Surge originalmente como ser genérico, tribal, um animal de rebanho. A própria troca atua como agente fundamental desta individualização. Torna supérfluo o animal gregário e o dissolve."

A relação com a natureza é também explicitada em a Ideologia Alemã: "A maneira pela qual produzem os homens seus meios de existência depende, antes de tudo, da natureza dos meios de subsistência que encontram prontos e os que devem reproduzir."

Já a esta altura é bom distinguir, no interior da obra de Marx, dois aspectos fundamentais: a) a sua descoberta (criação) metodológica; b) as suas conclusões sobre o desenvolvimento do capitalismo, que partiam das tendências da época e que nem todas se confirmaram (como a pauperização e concentração absolutas).

A sua descoberta (criação) metodológica permanece insuperada e algumas das suas afirmações isoladas servem, precisamente, para uma tentativa de "superação" do seu materialismo, até agora fadada ao fracasso. Por trás da tentativa de superação do materialismo dialético sobrevêm diversas formas de neo-positivismo e por trás das diversas formas de materialismo histórico, ergue-se o olho vigilante (e muitas vezes policialesco) da socio-

logia vulgar. As primeiras pretendem o aprofundamento "em separado" de cada disciplina; o segundo estuda a sociedade de forma estática, como se o domínio burguês sobre o Estado e as atuais formas de Estado e de organização da sociedade fossem eternas.

Mas a adesão ao marxismo não significa, "pois, uma adesão sem críticas aos resultados da pesquisa de Marx, não significa uma fé numa ou noutra tese, nem a exegese de um livro "sagrado", mas refere-se, pelo contrário, a uma adesão metodológica", como expõe Lukács em

História e Consciência de Classe.

Examinemos como Marx trata o assunto em duas das suas Teses sobre Feurbach:

2ª Tese — "A questão de saber se a verdade objetiva resulta do pensamento humano não é uma questão teórica, mas sim uma questão prática. Na prática, o homem deve demonstrar a verdade, quer dizer a realidade e o poder, a materialidade de seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento — isolado da prática — é uma questão puramente escolástica".

8ª Tese: "Toda vida social é essencialmente prática. Todos os mistérios que impelem a teoria ao misticismo encontram sua solução racional na prática humana e na compreensão dessa prática."

Não é gratuita, pois, a designação de Gramsci, que vinha dos cárceres do fascismo: o marxismo é a "filosofia da práxis". Porém, não se pode entender a "práxis" como uma simples relação empírica do homem com a natureza ou com a sociedade. É preciso compreendê-la como a totalidade das relações objetivas e subjetivas que o homem — tomado como humanidade — experimenta no processo histórico na busca da sua universalização.

Esta busca da universalização do homem, que Marx propõe, além de instigar uma adesão ética, é baseada num potencial concreto de classe; ou seja, assim como a burguesia necessariamente, pelo lugar que ela ocupa na estrutura de classe, propunha a república democrática, o proletariado propõe a extinção das classes sociais, porque está é a sua única possibilidade de negar-se como classe oprimida.

Dá a indissolúvel relação entre marxismo e prática revolucionária, entre marxismo e luta de classes, entre marxismo e proletariado, entre marxismo e "ponto de vista de classe": ele só é verdadeiro porque é revolucionário; ele só é revolucionário porque é verdadeiro. Por isto ele não é verdadeiro para todas as classes. E por esta mesma razão, é que também a verdade histórica é uma verdade de classe. O marxismo vulgar, parti-



cularmente o marxismo universitário, faz questão de omitir tal fato e passa então a tratar o conceito de política (logo, luta política de classes) como se fosse retórica. E também a afirmar que a verdade histórica é uma verdade comum de todas as classes. O resultado natural destas inversões arbitrárias é concluir que o marxismo é uma vertente avançada da sociologia burguesa.

O marxismo inflexiona-se, do ponto de vista filosófico, para a universalização do homem através da extinção das classes sociais. Entretanto isto não significa que ele é uma filosofia de todas as classes, pois ele só serve de forma completa à atividade humana revolucionária "crítico-prática", para lembrar a expressão de Marx.

Este estreito vínculo do marxismo com a atividade revolucionária crítico-prática encontra sua correspondência teórica mais elevada na categoria histórica "relações sociais de produção" que só pode ser pensada no processo histórico concreto, a partir do conceito marxista de "formação econômico social", que são as relações sociais de produção historicamente dadas, ocorrentes praticamente.

Ao transportar mecanicamente as análises feitas por Marx, da revolução européia, os principais teóricos do movimento operário, entendendo o processo histórico latino-americano como um processo onde a revolução burguesa clássica seria a "próxima etapa", fizeram uma leitura positivista do marxismo, deixando de lado o seu principal aspecto, o de ser instrumento e ao mesmo tempo indutor de uma "práxis" revolucionária. Assim, tornaram-no uma espécie de alcorão vermelho, ao qual o processo histórico-concreto deveria "render-se". Tal fato não nos isentou de contribuições, que no processo são fundidas e refundidas como autocrítica superadora. Mas de outra parte, a indigência teórica de certa esquerda militante paga tributos caríssimos, em cada momento de tragédia ditatorial, onde ela fica na espera das alianças "democráticas" com a burguesia. Um dos efeitos práticos mais importantes destes erros metodológicos está aí: ausência de independência — em geral — do proletariado do Terceiro Mundo, quer no palco político, quer no palco ideológico.



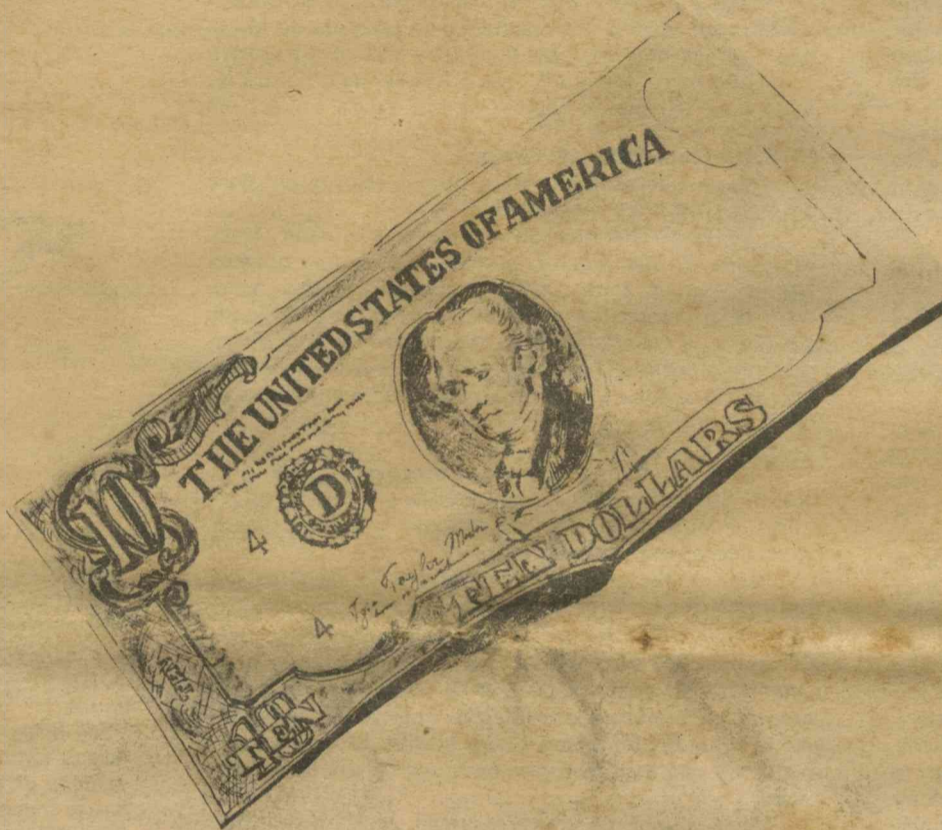
Superexploração do trabalho, preços de monopólio, inflação e pacto social

Otto Alcides Ohlweiler

A jornada de trabalho de um assalariado se divide em duas partes. Uma, o tempo de trabalho pago, em que o operário produz um valor equivalente ao dos bens que ele necessita para restaurar a sua capacidade de trabalho. A outra, o tempo de trabalho não-pago, em que o operário cria a mais-valia que vai formar o lucro do patrão. A relação do trabalho não-pago para o trabalho pago define a taxa de exploração do trabalho.

Nos primórdios do capitalismo, o patrão aumentava a taxa de exploração através do prolongamento da jornada de trabalho (mais-valia absoluta). Porém, frente à resistência organizada dos operários a essa modalidade de exploração, os patrões passaram a apelar para a adoção de técnicas poupadoras de mão-de-obra, de mais elevada produtividade e com as quais podem extrair, num mesmo período de tempo, uma maior massa de mais-valia por operário ocupado (mais-valia relativa). É certo que, através das lutas econômicas, os operários podem obrigar os patrões a repassarem-lhes pelo menos uma parte dos ganhos resultantes dos aumentos da produtividade do trabalho. Os esforços do capital no sentido de aumentar a taxa de exploração do trabalho encontram assim sua barreira natural na resistência organizada dos trabalhadores. A eficiência desses esforços depende, em última instância, da correlação de forças entre operários e patrões. Daí que o patronato trate de buscar certos métodos alternativos de exploração do trabalho que lhe permitam contornar o confronto direto com o movimento operário.

Um desses métodos alternativos atua na esfera de circulação das mercadorias. O capital trata de retomar, na esfera do consumo através da manipulação dos preços de monopólio, uma parte importante do valor que os patrões têm de transferir de seus ganhos para os salários dos operários sempre que tais salários sejam aumentados por efeito das lutas econômicas dos operários. É perfeitamente sabido que os monopólios, na medida em que são capazes de submeter o mercado a seu controle, podem impôr aos consumidores em geral preços de venda de suas mercadorias acima dos preços de produção. Isso significa que, na etapa do capitalismo monopolista, o trabalho não-pago do trabalhador assalariado pode ser extraído não apenas na esfera da produção através do mecanismo convencional da apropriação da mais-valia, mas também através de um outro: além da extração da mais-valia diretamente no processo de trabalho, acrescenta-se a apropriação indireta de mais-valia na esfera de consumo através da imposição de preços de monopólio. É certo que, no âmbito restrito dos setores monopolizados, há uma certa tendência, em função da luta da classe operária nesses setores, para que os correspondentes salários se elevem até aproximadamente ao ritmo do aumento da taxa de produtividade, mas não necessariamente até este nível. Entretanto, os trabalhadores assalariados dos setores não monopolizados da economia decididamente não conseguem que seus salários aumentem correspondentemente. Resulta, assim, que os capitalistas dos setores monopolizados



de fato exatram mais-valia dos trabalhadores dos setores não monopolizados, transferindo para as suas mãos através dos preços arbitrados — isto é, impostos pelos monopólios —, uma parte da mais-valia que os capitalistas não-monopolistas extraem dos operários no dito setor. Em suma, em virtude das dificuldades que os monopólios enfrentam na busca do incremento de seus lucros pela via da exploração direta, o capital monopolista se socorre de uma política que consiste em estabelecer aumentos nos preços das mercadorias produzidas, sempre superiores aos preços de produção, o que, conseqüentemente, acaba repercutindo na forma de pressões inflacionárias, cujo ônus é pago pelo conjunto da sociedade, particularmente os trabalhadores assalariados, tudo na melhor maneira de resguardar os privilégios do grande capital.

Há uma outra forma alternativa que permite ao capital reforçar a taxa de exploração do trabalho diretamente na esfera de produção. Ela consiste em recorrer a certas reservas de mão-de-obra formadas por contingentes de trabalhadores que, em virtude de suas debilidades político-ideológicas ocasionais, podem ser mais facilmente superexplorados pelo capital na medida em que sejam efetivamente incorporadas ao mercado de trabalho. Um exemplo típico é dado pela afluência em larga escala de trabalhadores que emigram das regiões economicamente atrasadas para as metrópoles capitalistas: turcos para a Alemanha Ocidental; argelinos para a França; porto-riquenhos para os Estados Unidos, etc. Semelhantemente, podem ocorrer emigrações internas, por exemplo,

nordestinos para São Paulo. No Rio Grande do Sul, temos os sem-terra fornecendo mão-de-obra para as indústrias do Vale dos Sinos. A debilidade político-ideológica desses contingentes de trabalhadores, que emigram em procura de trabalho, se deve à sua condição de estranhos no meio social em que recém são admitidos e de isolamento mesmo com respeito à massa operária em seu novo local de trabalho. Uma situação um tanto semelhante é a de certas minorias étnicas, por exemplo, os negros nos Estados Unidos. Por fim, a superexploração do trabalho pode repousar sobre tradicionais preconceitos ideológicos e socialmente discriminatórios, como os que recaem sobre as mulheres, cada vez mais largamente recrutadas para o trabalho mal-remunerado, especialmente no setor de serviços.

A incorporação ao mercado de trabalho dessas categorias, de certa forma consideradas "marginais", objetiva invariavelmente a consecução de baixos custos salariais, pois elas se vêm obrigadas a aceitar, em vista de seu fraco poder de barganha frente ao poder do capital, condições de vida e de trabalho inferiores às dos demais trabalhadores das regiões ou países industrializados. Mas, para completar, cumpre ainda assinalar que os baixos salários que são atribuídos aos trabalhadores por qualquer forma discriminados também tem o efeito de aviltar o salário em geral, com o que mais uma vez se loqueletta o capital e a decantada "livre iniciativa" dos monopólios.

Finalmente, há uma ótima forma alternativa para aumentar a taxa de exploração do trabalho que é implementada através da administração política da infla-

ção, a qual serve então para corroer sistematicamente os salários dos trabalhadores. A inflação é um fenômeno que, explicado um tanto simplificado, se relaciona com o volume de papel moeda lançado com curso forçado pelo Estado no circuito da circulação mercantil. O papel moeda é constituído por signos monetários emitidos pelo Estado, que, historicamente, foi gradativamente substituindo o dinheiro-ouro como meio de circulação e de pagamento. Na verdade, o papel moeda não tem nenhum valor intrínseco. Se ele fosse emitido estritamente de acordo com a quantidade de dinheiro-ouro que seria necessário para assegurar uma normal circulação das mercadorias, o poder aquisitivo do papel moeda coincidiria com o do dinheiro-ouro. Sucede, entretanto, que o Estado pode administrar politicamente a emissão de papel moeda, por exemplo, com vistas a cobrir os seus déficits orçamentários, ou seja, em proporção maior do que o requerido pela simples circulação das mercadorias. Ora, uma emissão de papel moeda muito além das necessidades da circulação mercantil determina, imediata e necessariamente, a desvalorização do papel moeda; essa desvalorização será tanto maior quanto maior for o volume excedente de papel moeda lançado em circulação. A emissão excessiva de papel moeda, que se constitui no fenômeno da inflação, é administrada pelo Estado em favor dos interesses do capital ou de certas frações do capital. A inflação serve para descarregar os gastos do Estado sobre os ombros das massas trabalhadoras e reforçar a taxa de exploração dos assalariados. A inflação aumenta os preços das mercadorias, enquanto os salários dos operários e os ordenados dos empregados são impedidos de aumentar na mesma proporção dos preços. Para que a inflação não corroesse os salários seria necessário que fossem reajustados não semestralmente ou trimestralmente, mas dia a dia e hora a hora. A inflação favorece os grandes capitalistas exatamente enquanto avilta o salário real dos trabalhadores, mas também enquanto serve para diminuir os custos de produção das mercadorias destinadas à exportação. Assim, se conjugam os interesses do capital interno e os do capital estrangeiro no propósito comum de realizar associadamente o processo de acumulação à custa da superexploração do trabalhador.

Isso é o capital, o capital que, aqui, a variada fauna dos reformistas, comunistas "domesticados" e pelegos sindicais teima em embelezar veiculando no movimento operário toda a sorte de ilusões de classe. Os revolucionários comunistas, entretanto, conclamam a classe operária a manter firme seu repúdio ao pacto social que a imobilizaria, política e ideologicamente para aceitar inerme a superexploração do trabalho. Na verdade, a classe operária não tem outro caminho a palmilhar senão o da luta pela formação de uma frente operário-popular apontando para o socialismo, não o socialismo burocrático ou o caricato "socialismo moreno" e outras formas folclóricas afins, mas o socialismo da democracia proletária, com os trabalhadores eles próprios escrevendo afinal a história da humanidade.